



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 047/048

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 2010

ANO XXXV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ERON ABOUD**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Pedro Ivo*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIOS

### **DIÁRIO Nº 047**

#### **47ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>04</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios .....	04
Indicações .....	04
Requerimentos .....	06
Projetos de Lei .....	11
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Tadeu Veneri .....	13
Dep. Rosane Ferreira .....	15
Dep. Elton Welter .....	18
Dep. Antonio Belinati .....	19
Dep. Pastor Edson Praczyk .....	21
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Rosane Ferreira .....	16
Dep. Jocelito Canto .....	21
Dep. Douglas Fabrício .....	24
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri .....	13
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati .....	19
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	26
Discussão/Votação	
Redação Final .....	26
3ª Discussão .....	27
2ª Discussão .....	27
1ª Discussão .....	27
Requerimentos .....	28
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>28</b>

### **DIÁRIO Nº 048**

#### **2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>30</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>30</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>30</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	
Redação Final .....	31
2ª Discussão .....	36
1ª Discussão .....	36
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>41</b>
<b>Publicações:</b>	
Presidencia:	
Protocolo 5298 .....	41
Diretoria Geral	
Portarias .....	42

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 047**

### **47ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....03**

**Presenças.....03**

**Abertura da Sessão .....04**

#### **Expediente:**

Ofícios .....04

Indicações .....04

Requerimentos .....06

Projetos de Lei .....11

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri .....13

Dep. Rosane Ferreira .....15

Dep. Elton Welter .....18

Dep. Antonio Belinati .....19

Dep. Pastor Edson Praczyk .....21

#### **Grande Expediente:**

Dep. Rosane Ferreira ..... 16

Dep. Jocelito Canto ..... 21

Dep. Douglas Fabrício ..... 24

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 13

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 19

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 26

Discussão/Votação

Redação Final ..... 26

3ª Discussão ..... 27

2ª Discussão ..... 27

1ª Discussão ..... 27

Requerimentos ..... 28

**Encerramento da Sessão ..... 28**

### **DIÁRIO Nº 047**

### **47ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Fernando Scanavaca.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Pedro Ivo, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Wilson Quinteiro (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Nelson Garcia, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello e Wal-dyr Pugliesi (08).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Caíto Quintana (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofício***

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 11/05/10.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa. que a Deputada Cida Borghetti estará ausente na Sessão Ordinária do dia 11 (onze) de maio de 2010, em razão de viagem a Brasília, para participar de Reunião da Comissão Parlamentar de Colaboração Brasil - Itália, conforme programação abaixo:

1 - reunião das 9h às 11h, com o Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer, quando foi discutido o quadro legislativo e político bilateral de cooperação entre Itália e Brasil, com particular atenção ao progresso das relações econômicas e comerciais, sob a perspectiva de uma parceria estratégica de longo prazo, envolvendo também as pequenas e médias empresas e o comércio com responsabilidade social e equânime - relatores Deputados Lino Duílio (Itália) e Nelson Marquezelli (Brasil);

2 - Das 15h às 16h - sessão com a relatoria da Deputada Barbara Saltamartini (Itália) e Deputadas Fátima Pelaes e Rose de Freitas (Brasil) - com o tema Direitos da mulher, exploração de crianças e adolescentes e possibilidades de colaboração.

3 - Às 20h jantar na Embaixada da Itália, quando o Deputado Federal Ricardo Barros (PP/PR) receberá uma comenda da Embaixada Italiana em razão de ocupar a presidência do grupo parlamentar Brasil-Itália na Câmara Federal.

Sendo o que temos para a oportunidade, firmamos nos atentamente.

(a) DUÍLIO GENARI

### ***Indicação***

INDICAÇÃO Nº 081/10

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a implantação de Redutores de Velocidade na rodovia PR-082 no trevo de acesso ao Município de Fênix e Barbosa Ferraz.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

- 1) Que a rodovia PR-082 é de competência e responsabilidade do Governo Estadual;
- 2) Que no referido trecho ocorre um grande fluxo de caminhões e veículos;
- 3) Que no referido trecho têm acontecido acidentes com vítimas fatais.

Solicita urgentes providências no sentido de:

- 1) A construção de Redutores de Velocidade no trevo de acesso a Fênix e Barbosa Ferraz.
- 2) Pintura de faixas e sinalização adequada.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de acidentes graves, possibilitando um melhor escoamento do tráfego local, preservando a vida.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 082/10

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a execução de operação tapa-buracos na rodovia PR-468 no trecho compreendido entre o trevo na BR-272 e o trevo na PR-479, passando pelo Município de Moreira Sales e o Distrito de Paraná do Oeste.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

- 1) Que o trecho compreendido entre o trevo BR-272 e o trevo na PR-479, passando pelo Município de Moreira Sales e o Distrito de Paraná do Oeste é de competência e responsabilidade do Governo Estadual;
- 2) Que no referido trecho ocorre um grande fluxo de caminhões e veículos;
- 3) Que o referido trecho está com o asfalto deteriorado, deformado e com buracos e ondulações.

Solicita urgentes providências no sentido de:

- 1) Operação tapa-buraco urgente do referido trecho.
- 2) Pintura de faixas e sinalização adequada.
- 3) Aumento do acostamento em trechos perigosos.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de acidentes graves, possibilitando um melhor escoamento do tráfego local, preservando a vida.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 083/10

##### SÚMULA:

Requer que se destine atenção especial à necessidade de expansão da rede elétrica até a comunidade denominada Acampamento Nova Esperança, no Município de Guairacá.

Sr. Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que algumas famílias vivem em situação precária em área pertencente ao Estado do Paraná, formada por sobras da Vila Rural Santa Terezinha;

2) Que a energia elétrica vai somente até o início do Acampamento;

3) Que nas famílias integrantes da comunidade a sua maioria é crianças e adolescentes;

4) Que esta comunidade vive a mais de 11 (onze) anos na localidade, sem que qualquer medida fosse tomada para a expansão da rede elétrica;

5) Que embora o Governo tenha como intenção levar energia elétrica a todos os paranaenses esta comunidade ficou esquecida;

6) Que os moradores enviaram lista com a identificação dos moradores do Acampamento.

Solicita:

1) Atendimento urgente do pleito de expansão da rede de energia elétrica para o atendimento do acampamento nova esperança no Município de Guairacá.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 084/10

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a execução de operação Tapa-buracos na rodovia PR-567 no trecho compreendido entre o Município de Araruna e o trevo na PR-323.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que o trecho compreendido entre os Municípios de Araruna e o trevo na PR-323 (PR-567) é de competência e responsabilidade do Governo Estadual;

2) Que no referido trecho ocorre um grande fluxo de caminhões e veículos;

3) Que o referido trecho está com o asfalto deteriorado, deformado e com buracos e ondulações.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Operação Tapa-buraco urgente do referido trecho.

2) Pintura de faixas e sinalização adequada.

3) Aumento do acostamento em trechos perigosos.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de acidentes graves, possibilitando um melhor escoamento do tráfego local, preservando a vida.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 085/10

##### SÚMULA:

Sugere a Sr. Mário Cesar Stam Júnior, Secretário de Estado dos Transportes - DER, e ao Sr. Orlando Pessuti, Governador do Estado do Paraná, a implantação de um posto policial rodoviário na PR-423, no trecho que liga o Município de Araucária ao de Campo Largo no Estado do Paraná.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe as autoridades acima citadas, a implantação de um posto policial rodoviário na PR-423, no trecho que liga o Município de Araucária ao de Campo Largo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

##### JUSTIFICATIVA:

A rodovia PR-423 liga o Município de Araucária a Campo Largo, é uma importante ligação entre as BR-476 e 277, está sendo completamente recuperada, recebendo um investimento de cerca de R\$ 20 milhões, o que aumentou significativamente o fluxo e a velocidade dos veículos.

O aumento do fluxo e da velocidade dos veículos, especialmente do transporte de cargas pesadas, inclusive de combustíveis que saem do polo petroquímico para o interior do Estado, em pista simples de rolamento com necessidade de ultrapassagens, provocou um acréscimo no número de acidentes. O mais recente está documentado com fotocópia de notícia de jornal anexa.

A rodovia também tem servido como rota de fuga de veículos roubados na Capital e Região Metropolitana devido à falta de fiscalização permanente na mesma.

Diante do exposto, considero fundamental a aprovação da implantação de um posto policial rodoviário na PR-423, no trecho que liga o Município de Araucária ao de Campo Largo no Estado do Paraná, e conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 1479**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

### **REQUERIMENTO Nº 1494**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar ausência na Sessão Ordinária realizada no dia 10/05/10, em virtude das comemorações do aniversário da Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) DR. BATISTA

### **REQUERIMENTO Nº 1487**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam pagas aos servidores deste Poder as diferenças salariais relativas às URVs do Plano Bresser. Tal requerimento se justifica pelo fato de outros Poderes e órgãos do Estado já haverem efetuado tais pagamentos aos seus servidores.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) JOCELITO CANTO

### **REQUERIMENTO Nº 1451**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Miguel Davi de Freitas ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

### **REQUERIMENTO Nº 1452**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após

ouvido o duto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lourival Paes ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

### **REQUERIMENTO Nº 1453**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Josiane Aparecida Batista Ribeiro ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

### **REQUERIMENTO Nº 1454**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Maria Ferreira dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

### **REQUERIMENTO Nº 1455**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Henrique Antonio D'Geus ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

### **REQUERIMENTO Nº 1456**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Genoveva Bachinski ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

### **REQUERIMENTO Nº 1457**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mariano Prainsner ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leonilda Vitkoski dos Passos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Josefa Gonçalves Nicoluzzi ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Carlos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Hamilton Martincoski ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dalton Nadal ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rodrigo Camargo Martin ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria José Prudente Bahls ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leandra Cordeiro da Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Maria Rodrigues ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Iolanda Iansen ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Glaucia Ribas Greinert ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, senhor Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cecilio Cardoso Rodrigues ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER aprovação de pesares da Assembleia Legislativa à família de João Alves dos Santos, pelo falecimento deste ocorrido em Umuarama-PR, com envio de mensagem de condolências à família.

Sala das Sessões, em 11/05/10.  
(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 1472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER aprovação de pesares da Assembleia Legislativa à família de Joaquim Deoclides Novato, pelo falecimento deste ocorrido em Altônia-PR, com envio de mensagem de condolências à família. Deixou viúva a Sra. Maria Ribeiro Novato, com quem teve os filhos Amarildo Ribeiro Novato (ex-Prefeito de Altônia), Aparecida Novato e Cleusa Ribeiro Novato.

Sala das Sessões, em 11/05/10.  
(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER aprovação de pesares da Assembleia Legislativa à família de Luiz José Garcez, pelo falecimento deste ocorrido em Umuarama-PR, com envio de mensagem de condolências à família.

Sala das Sessões, em 11/05/10.  
(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 1474

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER aprovação de pesares da Assembleia Legislativa à família de Martha de Magalhães Neves, pelo falecimento desta ocorrido em Umuarama-PR, com envio de mensagem de condolências à família.

Sala das Sessões, em 11/05/10.  
(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, envio de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Nadir Terezinha Fucillini Quintana, mãe do Deputado Estadual Caíto Quintana, ocorrido no dia 10/05/10, na Cidade de Francisco Beltrão.

Requer ainda, envio de cópia deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/05/10.  
(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Yokomizo pelo falecimento do Sr. Sadao Yokomizo, ocorrido no último dia 09.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia à família.

Sala das Sessões, em 11/05/10.  
(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Quero aproveitar a presente oportunidade para prestar uma última homenagem ao ex-Prefeito de Arapongas Sadao Yokomizo, que faleceu no último domingo (09), aos 85 anos de idade. Sua partida deixa uma grande tristeza em toda a comunidade araponguense.

Sadao pautou sua vida pelo apoio ao esporte amador, mas principalmente por servir e apoiar os mais humildes. Na juventude foi um atleta ao participar de várias modalidades esportivas, que o motivaram a entrar para a vida pública.

Além de Prefeito entre 1968 e 1973, Sadao foi Vereador por três oportunidades, sendo também Presidente da Câmara. Ele ajudou a fundar várias instituições e entidades que até hoje estão muito presentes na vida da sociedade araponguense, como a Associação Cultural e Esportiva de Arapongas (ACEAR) e o Lions Clube Arapongas.

Sadao foi o fundador do Torneio Primeiro de Maio, maior evento popular do esporte amador no Brasil. O ex-Prefeito também teve participação ativa na criação de outras modalidades esportivas que tanto ajudaram e ajudam os jovens da minha Cidade Arapongas.

Ele deixa viúva a Sra. Iolanda e dois filhos: José Eduardo e Luiz Alberto.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Yokomizo, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

## REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER o envio do voto de congratulações e aplausos a Mauricio Milani Rua, o Shogun, pela conquista do cinturão da categoria de meio pesados do UFC (Ultimate Fighting Championship).

Sala das Sessões, em 11/05/10.  
(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Maurício Milani Rua, Shogun, como é conhecido no meio da luta, nasceu em Curitiba, aos 25/11/81.

Praticante de MMA (Mixed Marcial Arts), o antigo vale-tudo, tem em sua carreira em cartel de 23 lutas, sendo 19 vitórias e 4 derrotas.



Dentre os títulos mais importantes de sua carreira estão suas 3 primeiras lutas no Meca World Vale Tudo, evento tradicional realizado em Curitiba, nas datas de 08/11/02, 16/05/03 e 01/08/03.

Em participação nos eventos internacionais Shogun obteve vitórias nos eventos IFC - Global Demolition (EUA) e no PRIDE (Japão), sendo que neste último sagrou-se campeão do GP de meio pesados (até 93 kg) conquistando o cinturão da categoria em 28/08/05.

No último sábado (08), em Montreal - Canadá, Shogun conquistou mais um título, representando o esporte paranaense e brasileiro, conquistando o cinturão da categoria de meio pesados (até 93 kg) no maior evento de lutas mixas (MMA) do mundo, o UFC (Ultimate Fighting Championship), sendo ainda, o vencedor do Prêmio de Nocaute da Noite.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente honrado em parabenizar o atleta Maurício Shogun pelas conquistas em sua modalidade esportiva e promover internacionalmente o Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1490

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Enfermagem pela inauguração do Museu Brasileiro de Enfermagem Ana Néri.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1491

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, envio de votos de congratulações ao Conselho Federal de Enfermagem pela inauguração do Museu Brasileiro de Enfermagem Ana Néri.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Corumbataí do Sul pela passagem, no próximo dia 27/05/10, do seu 23º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Osney Picanço, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Elias Fernandes da Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A região do atual Município de Corumbataí do Sul foi ocupada por índios da nação Taiobás, que foram domiciliados na redução jesuítica denominada Los Angeles. Segundo o Barão do Rio Branco em sua questão de limites entre o Brasil e Argentina, estes índios pertenciam ao grupo Tupi-Guarani e foram totalmente extintos.

Entre as famílias pioneiras de Corumbataí do Sul destacam-se as de Anderson Arruda de Souza, Manoel Picadeiro, João Gato, Pedro Trizote, Ricardo Sútio, Francisco Garcia, Antenor José Mariano, José Mariano de Castro, Melquíades Picanço e muitos outros.

Em 13/01/67, através da Lei Estadual nº 5472, o Patrimônio de Corumbataí foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente ao Município de Barbosa Ferraz.

Pela Lei Estadual nº 8484, de 27/05/87, foi criado o Município de Corumbataí do Sul. O território foi desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, sendo instalado oficialmente no dia 01/01/89. O primeiro Prefeito Municipal foi o Sr. Jair Cândido de Almeida.

Nesta ocasião em que o Município de Corumbataí do Sul completa seu 23º aniversário tendo sob seu comando o Prefeito Sr. Osney Picanço, o Vice-Prefeito Sr. Elias Fernandes da Silva e os Srs. Vereadores que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população, queremos destacar o importante trabalho de seus administradores em benefício de seu povo honesto e batalhador.

Parabenizamos todos aqueles que congregam os mesmos desejos de evoluir e alcançar novos horizontes através de atividades voltadas aos interesses e bem-estar de toda a população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em prestar homenagem às autoridades constituídas do Município e o povo em geral, na significativa data da comemoração do 23º aniversário de Corumbataí do Sul.

#### REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário registro em ata de moção de louvor ao Sr. Cícero Alves Batista, funcionário da COPEL.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Cícero Alves Batista, carinhosamente chamado pelo apelido de Ceará, por todos aqueles que gozam o privilégio da sua amizade, ainda em outubro do ano de 2009 atingiu a marca de 500 mil quilômetros, sem o registro de um acidente sequer.

Ceará é um dentre as centenas de zelosos e capacitados operários da nossa Companhia de Eletrificação, a COPEL, e está sediado há uma dezena de anos na Cidade de Guairaçá.

A outorga desta moção é mostra do reconhecimento desta Casa de Leis ao cidadão Cícero Ceará Alves Batista, pela importante conquista de recorde que significa respeito ao patrimônio da empresa pública e principalmente à preservação da integridade física de seus semelhantes.

Que, desta decisão, se dê ciência ao homenageado, através do Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Guairaçá, o Sr. Edson Eugênio Zílio e também à empresa empregadora, a COPEL.

#### REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER envio de moção de apoio e diploma de congratulações aos policiais pertencentes a ROTAM/4ª CIA envolvidos na Operação de Abordagem e fiscalização, realizada em 15/04/10 no km 130 da PR-317, no Município de Floresta, na qual foram localizados 50 (cinquenta) tabletes da droga conhecida como crack. Trata-se da maior apreensão de crack no Paraná em 2010, fruto da perícia e trabalho da Polícia Rodoviária Estadual.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à corporação, ao Batalhão de Polícia Rodoviária de Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

Tem esta moção o objetivo de prestar reconhecimento oficial aos trabalhos desenvolvidos pelos policiais citados abaixo, membros do Batalhão de Polícia Rodoviária (4ª CIA/ROTAM), responsáveis pela abordagem e apreensão de 51,600 quilos de crack. Durante a fiscalização do veículo marca GM, modelo Ômega, cor azul, com placa da Cidade de Foz do Iguaçu, foi localizado dentro de um fundo falso do porta-malas 50 (cinquenta) tabletes dessa droga, acondicionada em fita adesiva.

Esta apreensão demonstra a preparação e ação de nossos policiais para identificar pessoas e veículos suspeitos supostamente ligados ao tráfico de drogas. Desta forma, torna-se necessário este reconhecimento deste ato, noticiado em diversos veículos de comunicação do Estado (como O Estado do Paraná, Jornal do Estado, Diário de Maringá, Diário do Noroeste e a própria Agência Estadual de Notícias) através de menção honrosa e moção de apoio.

A apreensão ocorreu por volta das 22h10 do dia 15/04/10, através da Operação 1.04, na PR-317 altura do km 140, região Noroeste do Estado. Segundo relato dos policiais, o condutor do veículo, de 25 anos, apresentava nervosismo e atitudes suspeitas, fazendo com que esses profissionais desconfiassem de que havia algo de errado. Após realizar uma busca minuciosa no veículo, foram encontrados pequenos furos no assoalho do bagageiro que, ao ser furado, foram descobertos os tabletes da droga.

O veículo foi levado até a sede da 4ª CIA/BPRV, onde a droga foi recolhida com a ajuda do Corpo de

Bombeiros e o condutor interrogado. O motorista informou que ia de Santa Terezinha de Itaipu, na região de Foz do Iguaçu, a Londrina, onde entregaria o entorpecente a um desconhecido.

Segundo o resumo de Relatório de Ocorrência nº 031/10, o preço do quilo desta droga gira em torno de R\$ 10 mil (dez mil reais), o que faz com que a mesma tenha o valor aproximado de R\$ 500 mil (quinhentos mil reais), podendo ser transformada em 250 mil (duzentas e cinquenta mil) pedras de crack. Essas pedras, costumeiramente vendidas a R\$ 2 (dois reais) cada, gerariam aos traficantes R\$ 2 milhões e 500 mil (dois milhões e quinhentos mil reais).

Equipe da 4ª CIA/ROTAM do Batalhão de Polícia Rodoviária - Comando do Policiamento do Interior - Polícia Militar do Paraná: 2º Sargento Gilson Cardoso Fatur, Cabo Reginaldo Rodrigues Monteiro, Soldado Josias Ramos dos Santos, Soldado Paulo César Candido.

#### REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Sr. Marcelo S. Machado, presidente das Rodovias Integradas do Paraná S/A, a Viapar.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A conceituada e referencial concessionária Viapar estende a conservação da rodovia BR-376, até a Cidade de Nova Londrina.

Usuário constante do percurso, e atendendo a dezenas de sugestões de autoridades regionais, de centenas de caminhoneiros e motoristas de carros menores, requeiro o envio de ofício à autoridade nominada na súmula, sugerindo a encampação para efeito de implantação de melhorias e de conservação, do trecho compreendido entre o trevo Paranaíba-Nova Londrina à Cidade de Loanda, denominado PR-182, numa distância de apenas 20 quilômetros.

Trata-se, Sras. e Srs. Deputados, de percurso que, a partir daquele trevo, canaliza todo o tráfego ali registrado para a Cidade de Loanda com numerosa denominada de veículos de todos os portes, para as Cidades de São Pedro do Paraná e Porto Rico, atingindo o Porto São José na sua interligação com o Estado do Mato Grosso do Sul; Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte com continuação para Navirai, também já no Estado do Mato Grosso do Sul; Santa Isabel do Ivaí e Santa Mônica, onde, atravessada à ponte sobre o Rio Ivaí, atinge-se a região polarizada por Umuarama. Naturalmente, registrando-se também, e na mesma proporção, o fluxo inverso de tráfego.

Em que se pese os constantes reparos realizados pelo nosso Departamento de Estradas de Rodagem da

Secretaria de Estado dos Transportes, verifica-se a necessidade de obras definitivas e que realmente supram as carências registradas.

#### REQUERIMENTO Nº 1480

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado do Paraná e ao Coronel Aramis Linhares Serpa - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência a criação de uma Companhia de Polícia Militar no Município de Sarandi.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Sr. Carlos Alberto de Paula Junior, Prefeito Municipal de Sarandi, Vereador Cilas Souza, Presidente da Câmara de Vereadores e ao Sr. Renato Cardoso Machado, Coordenador da Região Metropolitana de Maringá.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

#### REQUERIMENTO Nº 1488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja informada a relação de jornalistas nomeados em cargos em comissão ou efetivos nesta Assembleia Legislativa e, ao mesmo tempo, contratados em órgãos de comunicação privados no Estado do Paraná, do ano de 1994 até abril de 2010.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, providências da Presidência desta Casa de Leis, no sentido de determinar à Procuradoria Geral que tome as medidas judiciais cabíveis, conforme preconiza o artigo 55 da Constituição do Estado do Paraná, em relação aos requerimentos aprovados em plenário e não atendidos no referido prazo constitucional.

1. Secretário de Estado dos Transportes - requerimento aprovado em 08/02/10.

2. Secretário de Estado da Educação - requerimento aprovado em 01/03/10.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 215/10

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Ermida Nezari.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(aa) JONAS GUIMARÃES

RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A Sra. Ermida Nezari, mais conhecida como Irmã Benigna, nasceu em Erechim, Rio Grande do Sul.

Benigna teve uma infância humilde. Seus pais muito religiosos sempre procuraram passar bons exemplos aos seus 10 filhos. Fez o primário em uma Escola Municipal e sempre gostou de ajudar as crianças mais pobres, especialmente os filhos dos índios que trabalhavam para seu pai.

Em seu coração havia um desejo imenso de ser Irmã religiosa. Foi a maior alegria quando ingressou para o internato no Colégio das Irmãs em São Valentin. Seus pais pagavam o internato com mantimentos.

Completando a 4ª série, foi encaminhada para Irati, Paraná, onde completou o ginásio, sempre pensando em ser Irmã religiosa. Terminando estes estudos ingressou no Postulado por um período de seis meses, sendo depois encaminhada para o seminário (noviciado) das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, onde permaneceu durante um ano se preparando para a missão de servir a Jesus Cristo na pessoa dos pobres. Em 1958 foi enviada como Filha da Caridade para São Lourenço do Oeste, Santa Catarina, onde permaneceu durante 17 anos. Trabalhou como professora e como diretora no Colégio Estadual e no Colégio Santa Maria Goreti, mas sua maior alegria era o trabalho social com crianças e idosos.

Nunca houve hora, nem dia, nem barreira que não enfrentasse, “pois era preciso ajudar os necessitados”. As vilas eram sua moradia, sua vida, além disso, nessa época estava estudando em Pato Branco, Paraná, e se dedicava ao trabalho na escola, na ornamentação da igreja e na organização da liturgia em São Lourenço.

Em 1975 foi transferida para Jacutinga, Rio Grande do Sul, continuando como educadora. Com a comunidade construiu um asilo para escolher as pessoas idosas, abandonadas, e se dedicou à evangelização e à catequese.

Após seis anos de amor e serviço, foi transferida para Campinas do Sul, Rio Grande do Sul, onde se aposentou como professora e passou a se dedicar ainda mais à evangelização e ao trabalho promocional de pessoas carentes daquela localidade.

Conseguiu, com a ajuda da Casa Mãe, na França, recursos para organizar uma Vila onde vinte e uma famílias conseguiram suas casas. A Vila recebeu o nome de Vila São Vicente de Paulo e em parceria com a Prefeitura conseguiu uma creche para as crianças mais carentes.

Em 1991 veio transferida para Cianorte, Paraná, para o Recanto dos Velhinhos, dedicando-se às idosas internas.

Após um período de adaptação na Cidade de Cianorte, percebeu que muitos meninos andavam pelas ruas sem destino e expondo-se a situações de risco que os desviavam do caminho do bem. Sentiu que não podia ficar só com o trabalho com as idosas, também porque não eram tantas as atividades, sobrando-lhe tempo para dedicar-se a outra causa também necessária e urgente, os meninos e meninas que precisavam de assistência. Fez um trabalho de conscientização com a população, conseguindo alguns voluntários adeptos da mesma causa e com a mesma preocupação, a de fundar uma instituição para acolher e promover os adolescentes necessitados. Surgiu então a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz.

O início foi difícil, tendo em vista as dificuldades financeiras que eram muito grandes e o número de meninos que procuravam a entidade crescia dia a dia. Eis, porém, que de repente fez-se uma grande descoberta. O povo de Cianorte é muito generoso!

Foi a partir desta generosidade que foi surgindo a construção da sede própria, pois até então o Recanto dos Velhinhos gentilmente cedia espaços para as atividades.

A Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz que tem a Irmã Benigna como Diretora desde a sua criação, em 10/08/92, tem por finalidade principal o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de riscos e pobreza na faixa etária de 7 a 17 anos e 11 meses. O atendimento é realizado através de atividades esportivas, lúdicas e artísticas, com cunho educativo.

A entidade tem uma extensão localizada em Vidiagal, Distrito Administrativo de Cianorte, que oferece as mesmas modalidades de atendimento para as crianças e adolescentes daquela localidade.

Sempre à frente de todas as atividades, de todas as conquistas, como também de todas as dificuldades encontradas, a Irmã Benigna Nazari, auxiliada, por outras Irmãs, todas pertencentes à Congregação das Irmãs filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, nunca mediram esforços para proporcionar um atendimento de relevância para esta parcela da população que originou a criação da entidade.

A Rainha da Paz continua desenvolvendo um trabalho na perspectiva de superação e prevenção de situações de riscos ou pobreza, visando primeiramente proporcionar às crianças e aos adolescentes, espaços e oportunidades para o exercício consciente de sua cidadania, oferecendo alimentação, prática esportiva, recreação, aprendizagem através de oficinas diversas, tendo como critério básico a frequência às aulas e às atividades propostas pela entidade.

Com o incansável trabalho da Irmã Benigna, a entidade pode atualmente oferecer aos seus assistidos diversas atividades, tais como: dança, capoeira, violão, teclado, flauta, bordado, pintura em tecido e tela, floricultura, teatro, xadrez, jogos pedagógicos, artes, artesanato em argila, informática e costura industrial, bem como oficinas de reforço escolar, leitura, espiritualidade e relações

interpessoais, complementando a formação recebida através da Escola.

Também é oportunizada à população atendida pela entidade, a participação em projetos específicos que vêm ao encontro de suas necessidades básicas, através de palestras e outros eventos que visam um melhor relacionamento com seus filhos, bem como a conscientização da sua importância como cidadãos dignos de direitos.

Além de todo o trabalho com as crianças e os adolescentes na entidade, a Irmã Benigna continua sua missão, nos finais de semana, fazendo visitas aos idosos e famílias carentes, levando alimentos, remédios e outros objetos necessários para o bom atendimento e melhor qualidade de vida, sempre com o apoio da sociedade de Cianorte, que lhe dá a oportunidade deste atendimento.

Realiza Projetos de Evangelização com as famílias e catequese para adultos, encaminhando-os para os Sacramentos de Iniciação Cristã e legalização do matrimônio.

Sempre à frente de tudo a Irmã Benigna conquistou a confiança e o carinho da sociedade cianortense, bem como dos órgãos públicos, que vêm colaborando para o engrandecimento da entidade.

Irmã Benigna não descansa nunca. É corajosa, é ambiciosa “no bom sentido” porque acima de tudo está a sua missão de religiosa, Filha da Caridade de São Vicente de Paulo e os seus votos de caridade.

## PROJETO DE LEI Nº 216/10

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º As empresas de prestação de serviços de comunicação e de fornecimento de energia elétrica, no âmbito do Estado do Paraná, que repassarem a consumidores, direta ou indiretamente, os encargos relativos a contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para a Seguridade Social - COFINS, ficarão sujeitas:

I - à multa no montante não inferior a 500 (quinhentos) e não superior a 30.000 (trinta mil) vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná (UPF/PR), ou índice equivalente que venha a substituí-lo; e

II - as demais sanções, de natureza administrativa, civil e penal, previstas na Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo do disposto no Código Penal e leis especiais.

Art. 2º Os órgãos estaduais de proteção e de defesa do consumidor com atribuições para fiscalizar e aplicar as sanções previstas no artigo anterior poderão requisitar auxílio de Auditores Fiscais da Coordenação da Receita do Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, para o cumprimento desta lei.

Art. 3º O valor pago pelas empresas de prestação de serviços de comunicação e de fornecimento de energia elétrica, a título de multa prevista no inciso I do artigo 1º, será revertido para o reequipamento dos órgãos de proteção e defesa ao consumidor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

1. É de conhecimento público que as empresas de prestação de serviços de comunicação e de fornecimento de energia elétrica vêm repassando a consumidores, de forma ilegal e abusiva, os encargos relativos a contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Seguridade Social - COFINS.

2. Inúmeros julgados, inclusive do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, vêm sedimentando o entendimento, segundo o qual, tal prática é ilegal e abusiva, na medida que os encargos do PIS e COFINS, por sua natureza jurídico-tributária, devem recair sobre os rendimentos das operadoras e concessionárias de serviços de comunicação e de fornecimento de energia elétrica (ou seja, devem por elas serem suportados), e, por conseguinte, não podem ser repassados aos consumidores finais, como ocorre com ICMS e o IPI, sob pena de enriquecimento ilícito.

3. Ocorre que o procedimento das mencionadas empresas, além de estar em desconformidade com o arcabouço jurídico-tributário pátrio, ofende frontalmente ao Código de Defesa do Consumidor, que visa a proteção das relações de consumo fundadas, dentre outros, nos princípios da boa-fé, equilíbrio e transparência nas relações entre consumidores e fornecedores e sobretudo da dignidade humana.

4. As empresas de prestação de serviços de comunicação e de fornecimento de energia elétrica ao transferir, direta ou indiretamente, os encargos das referidas contribuições para os consumidores, impõem a estes danos patrimoniais ilegais e abusivos, o que é veementemente vedado no nosso ordenamento jurídico.

5. Daí porque, até por ser questão de ordem pública e de interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal/1988 e artigo 48 dos ADCT, faz-se imperiosa a aprovação do presente anteprojeto e a sua conversão em lei.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sras. Deputadas.

Antes quero aqui saudar as companheiras de enfermagem e em especial a nossa Deputada Rosane Ferreira, enfermeira lutadora da Saúde Pública. Tivemos há pouco tempo um resultado não favorável, como nós gostaríamos, no Congresso Nacional, quando centenas de milhares de enfermeiras estiveram acompanhando a possibilidade da votação das 30 horas, o que infelizmente ainda não ocorreu. Sabemos que a caminhada é longa, não é fácil, mas está na direção certa.

Acho que é isso que importa. Sejam muito bem-vindas e teremos o prazer de ouvir a Deputada Rosane que fará, na outra segunda, pronunciamento a respeito da audiência que ocorreu na manhã de hoje e que, infelizmente, por outras razões não pude estar presente.

Sr. Presidente, serei bastante breve, me parece, Deputada Rosane, V. Exa. que na sequência irá falar, que temos aqui na Assembleia Legislativa algumas modificações necessárias e importantes que estão acontecendo. Nem sempre modificações são feitas sem que hajam turbulências, mas são medidas necessárias.

Quero dar aqui uma sugestão e ao mesmo tempo um pedido.

Os Deputados estão terminando praticamente o processo de reenquadramento de todos os seus funcionários e de seus gabinetes. Teremos, na sequência, uma situação que é necessária que tenhamos uma atenção especial.

Pela Lei votada, nº 16390/10, todas as Comissões Permanentes, as comissões aqui da Casa, que são cerca de 15 ou 17 comissões, pedi na CCJ o número exato, mas só tínhamos lá as Comissões Permanentes em número de sete e terão um quadro em número de 13 pessoas e uma verba específica, além daquela que temos hoje que é de 3 mil e 500.

Parece-me que neste momento o ideal - e falava há pouco com a Deputada Luciana - é que tivéssemos uma certa cautela. Mantivéssemos o que já existe hoje, cada Deputada ou Deputado que preside a comissão, de uma forma legítima e necessária tem para acompanhar os trabalhos dessa comissão, um cargo provido, um cargo em comissão no valor determinado.

Obviamente a partir de agora, normatizado, que será feito, poderíamos ter outras nomeações também.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

O que nos parece, e conversei com alguns Deputados ontem à noite, nos parece, talvez, de bom senso, que tenhamos, e conversava há pouco com o Presidente, com

sua aquiescência tenhamos a manutenção desse cargo necessário e que todos os demais devem ser providos e devem ser nomeados estejam neste momento temporariamente suspensos, para que possamos, na sequência, fazer um debate não só na Assembleia, e o Presidente falava de alguns segmentos que poderão auxiliar inclusive na elaboração desse projeto, assim como já faz o COPELEGIS, mas que tenhamos na sequência, aí sim, um quadro determinado do que será necessário para cada comissão. Isso porque a Comissão de Saúde tem um perfil, a Comissão de Agricultura tem outro perfil, a Comissão de Direitos Humanos tem outro perfil, assim como a CCJ, assim como a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, assim como a Comissão de Redação, a Comissão de Orçamento, a Comissão dos Direitos do Consumidor, enfim, das diversas comissões que temos na Casa, cada um tem uma especialidade.

Neste momento delicado pelo qual estamos passando, todos temos consciência da dificuldade, mas também da oportunidade que se apresenta para todos os Deputados e principalmente para a Assembleia Legislativa, que tenhamos o cuidado de não termos nenhuma nomeação, a não ser aquelas que anteriormente já existiram.

A Deputada Luciana conversou há poucos dias comigo e comentou que a sua comissão permaneceu exatamente como era antes, assim como todas as outras. Mas, que tenhamos todas essas comissões aguardando para que, em definitivo, haja um quadro.

Concedo um aparte à Deputada Luciana Rafagnin.

#### A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Obrigada, Deputado Tadeu.

Queria parabenizar pelo vosso pronunciamento! Acredito que realmente esta é a medida que devemos tomar nesta Casa, até porque acabamos de aprovar um projeto que prevê um concurso público, e acredito que esses cargos que deverão ser a mais nas comissões deverão ser preenchidos por pessoas que vão fazer o concurso público nesta Casa.

Defendo isso e quero parabenizar pelo vosso pronunciamento, até porque V. Exa. mesmo acabou de falar que na minha comissão, a Comissão de Agricultura, há apenas uma pessoa, e pretendemos continuar com ela, até que seja feito o concurso público. Isso porque a comissão não é do Deputado, mas é da Casa, e a partir do momento em que ela é uma comissão da Casa, deve ser preenchida por cargos que realmente estão qualificados para atender aquela comissão.

Então, no nosso entender, como Presidente da Comissão de Agricultura, entendemos que devemos contratar pessoas que realmente estão qualificadas, preparadas para nos auxiliar nos trabalhos da comissão com relação a todos os projetos da agricultura.

Por isso, defendemos a questão do concurso público e pretendemos não colocar nenhum nome a mais,

mas apenas o nome que hoje ainda temos, até que seja feito o concurso público.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

#### O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputada Luciana.

Creio que estamos, talvez de uma forma nem sempre tão tranquila - caminhando para que quando concluirmos neste ano o mandato, embora saibamos que os novos Deputados assumem em fevereiro mas nós concluímos neste ano, todos nós, os 54 Deputados e Deputadas, possamos sair daqui sabendo que a Assembleia Legislativa do Paraná estará muito melhor do que alguns imaginavam que seria possível e do que alguns talvez pensassem que fosse possível mas não imaginavam o quanto.

Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, acho que ontem demos um passo importante votando algumas medidas que são necessárias, outras estão sendo regulamentadas e também são necessárias. Sabemos que ainda há muita coisa por vir, há muita coisa ainda por ser desvelada, há muita coisa, ainda, para que todos tenhamos a consciência, a noção exata do que acontece. Mas principalmente, sabemos que estamos vivendo um tempo diferente. Um tempo que não nos permite, como falei ontem, achar que a roda do tempo pode voltar. Mas, um tempo que permite que possamos olhar para frente e construir para a frente aquilo que todos os paranaenses esperam da Assembleia Legislativa.

Quero, aqui, encerrar e até em consideração à Deputada Rosane Ferreira, dias atrás nós ficamos em dúvida a respeito de um trecho que diz “No Caminho” do Maiakovski e que me parece ser muito oportuno e que cada um julgue como achar necessário, mas muito oportuno para o momento o qual vivemos. (Lê):

*Trecho de: No caminho com Maiakóvski*

*Na primeira noite eles se aproximam  
e roubam uma flôr  
do nosso jardim.  
E não dizemos nada.  
Na segunda noite, já não se escondem;  
pisam as flôres,  
matam nosso cão,  
e não dizemos nada.  
Até que um dia,  
o mais frágil deles  
entra sozinho em nossa casa,  
rouba-nos a luz, e,  
conhecendo nosso medo,  
arranca-nos a voz da garganta.  
E já não podemos dizer nada.*

*De Eduardo Alves da Costa -  
Atribuído a Bertolt Brech e  
Vladimir Maiakovski.*

Esta poesia na verdade é de Eduardo Alves da Costa, mas nós dois ficamos em dúvida, se era Bertold Brecht ou Vladmir Maiakóvski. Na verdade, não é nenhum nem outro. É de Eduardo Alves da Costa. Mas,

que serve muito para o que estamos vivendo hoje. O silêncio é de certa forma a omissão, jamais serão bons companheiros num momento tão grave como este, qualquer que seja a posição que tenhamos. É preciso, e acredito que todos aqui têm feito isto, é preciso que ela seja explicitada para que possamos ter dias que virão de forma diferente e que possa ser melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Tadeu Veneri, sem querer apartear-lo, mas cumprimentá-lo. Aliás, quando V. Exa. fez o pronunciamento ontem e que ouvi, logo em seguida conversei com o Deputado Durval Amaral, até para esclarecer esta questão que hoje saiu nos jornais, que bate exatamente com aquele discurso de V. Exa. nada às escondidas. Às claras. Trata-se de uma lei que dói aprovada por unanimidade nesta Casa, sancionada pelo Governador Roberto Requião e aí sim, depois de sancionada, regulamentada pela Casa. Mas, nada escondido. E V. Exa. ontem fez este pronunciamento. Hoje conversamos a este respeito. E acho que estamos caminhando exatamente para onde deveríamos caminhar.

E por isto nunca vou me cansar de pedir a cooperação daquelas cabeças que queiram ajudar, que queiram cooperar, como é o caso de V. Exas. e de outros que não estão aqui agora, presentes, porque estão exatamente trabalhando nesta questão do nosso reenquadramento. Para que daí, sim, feito este reenquadramento, em conjunto com a Secretaria de Administração e com o centro da Casa, que montamos e que temos um belo organograma, possamos discutir. Esta é a hora de todos os Deputados darem sua opinião, como foi o caso do Deputado Elton Welter, que propôs o concurso público, através de um projeto de lei e este projeto de lei não foi sequer votado, porque ele já foi contemplado na lei que vamos votar hoje. Aliás, é importante que se diga que hoje teremos duas Sessões, para que possamos aprovar definitivamente estes dois projetos para o Governador Orlando Pessuti, para sua sanção. Porque como temos dito, o mês de maio é muito importante. Contamos com a colaboração de todos os Srs. Parlamentares.

Hoje pela manhã, o pessoal estava desde cedo. É bom que saibam que, ontem, às 10h da noite, muitos Deputados ainda estavam fazendo seu reenquadramento de funcionários para que a coisa fique definitivamente às claras, como pediu V. Exa. muito bem, ontem, em seu pronunciamento. Eu fiz questão de na mesma hora descer ao Plenário, porque aqui não estava, para que o Deputado Durval Amaral pudesse explicar exatamente aquilo que, hoje, a imprensa, às vezes, não entendeu perfeitamente, mais às claras, aberto. V. Exa. disse bem, aqui não há criança, não há adolescente, não há razão para enganar ninguém. Nós assumimos esse compromisso.

Parabenizo V. Exa. e o convoco, Deputado Tadeu, para que nos ajude nessa formatação, como V. Exa. tem feito destes dois projetos que vamos votar hoje, mas, tam-

bém, da questão de quando for feito o nosso organograma definitivo, juntamente com o apoio da Secretaria de Administração, até que cheguemos, depois do prazo eleitoral, é evidente, depois do prazo legal, podermos fazer a realização de um sonho do decantado concurso público para questões pontuais que esse organograma vai dizer. A vocação desta comissão é como conversávamos, há pouco, independente da Comissão Permanente, a vocação dos membros tem que ser ligada a ela. Sempre imaginamos que os advogados façam parte da CCJ, que alguém ligado ao meio ambiente, à ecologia, faça parte do meio ambiente, para que se tenha alguém ligado à saúde que efetivamente faça parte. Então, acho que devagar e acho que agora estamos com o pé no acelerador e como eu dizia, sem volta. Estamos avançando e eu o cumprimento pelo seu pronunciamento.

Convido aos Srs. Deputados para que permaneçam porque, hoje, queremos aprovar os dois projetos de ontem para que amanhã possamos já, Deputado Romanelli, encaminhar ao nosso Governador Orlando Pessuti, se Deus quiser, para sua sanção. Com a palavra a Sra. Deputada Rosane Ferreira.

#### *Deputada Rosane Ferreira (PV)*

A SRA. ROSANE FERREIRA

Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa; Deputado Jonas Guimarães e Fernando Scanavaca, 1º e 2º Secretários nesta Sessão.

Hoje pela manhã, fizemos um grande evento, Deputado Tadeu Veneri, usando o plenarinho desta Casa. Estamos recebendo, aqui neste plenário, a Sra. Maria Goretti David Lopes, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Enfermagem. Estamos recebendo, também, a Ilma. Sra. Carmem Cristina Moura dos Santos, Presidente da ABEN Seção Paraná. Estamos recebendo, também, o Ilmo. Sr. Montgomery Benites, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem Seção Paraná, o nosso COREN. E, também, temos a honra de receber a Ilma. Sra. Ivone Cabral, professora da Escola de Enfermagem Ana Neri da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretora da ABEN Nacional.

Estas autoridades que citei, estiveram pela manhã conosco, juntamente com representantes da Universidade Positivo, da Faculdade Pequeno Príncipe, Faculdade Evangélica do Paraná, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, Secretaria Estadual da Saúde, Pontifícia Universidade Católica, da Universidade Tuiuti do Paraná, da Secretaria Municipal da Saúde em Curitiba, do Hospital do Trabalhador, do Hospital de Clínicas e do Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina. No evento que marcou a abertura da 71ª Semana Brasileira de Enfermagem. E nós estamos falando dos profissionais que fazem a Saúde do Brasil.

No Paraná somos cerca de 12 mil enfermeiros, 19 mil técnicos de enfermagem, 31 mil auxiliares de enfermagem e ainda 78 atendentes. São mais de 60 mil pes-

soas e não tenho nenhuma dúvida, este contingente é que constrói as bases da Saúde Pública. Somos a grande maioria dos profissionais destinados ao serviço da saúde no Brasil, e também não poderia ser diferente.

Durante os três anos que estive aqui, tivemos esta tribuna ocupada por representantes da ABEN- PR para que fizesse o seu pronunciamento, já ouvimos Simone Peruzzo, enfermeira Carmem, Maria Goretti, mas hoje por uma determinação da Casa, consideraram e nos orientaram que nós mesmos fizessemos o uso do Grande Expediente.

Tenho aqui um texto trazido pela enfermeira Carmem, Presidente da ABEN-PR, e me permitam que eu faça a leitura, até porque não seria um pronunciamento legitimamente meu.

## ***Passa a usar o horário Grande Expediente***

(Lê):

### ***71ª Semana Brasileira de Enfermagem***

*Todo percurso da história da Enfermagem, nos remete à reflexões sobre perspectivas, desafios, limites e possibilidades para essa profissão que se vê envolta na realidade social, em desafios organizativos, técnicos e políticos até os dias de hoje.*

*Nesse ano, o tema que circunda a Semana de Enfermagem é ainda mais valoroso nesse contexto, quando nos remete a refletir sobre uma profissão que tem um poder em suas mãos: o cuidado. Poder este que permite aos profissionais de enfermagem orientar sua prática dentro de um contexto de autonomia isso é fato quando, inegavelmente, podemos reconhecer as fontes de poder que podem ser estabelecidas em relações voltadas ao conteúdo, contexto e competência da prática de Enfermagem.*

*Quanto ao conteúdo, podemos dizer que ele é o responsável por elevar o status profissional e manter a autonomia profissional uma vez que é considerado elemento chave na formação dos profissionais em Enfermagem;*

*Quanto ao contexto, podemos dizer que este está intimamente vinculado ao envolvimento e participação nas tomadas de decisões, bem como no relacionamento interpessoal estabelecido entre os pares, e que refletem significativamente em um perfil de liderança; e, por fim, temos a competência, precursora tanto da autonomia quanto do poder da prática profissional atrelada à busca constante pelo conhecimento, fonte de saber e de poder.*

*Nesse sentido, devemos refletir sobre qual o significado e a importância que atribuímos ao poder em nossas vidas profissionais; significados esses que servirão de mola propulsora para o desenvolvimento e alcance da competência técnica, científica, interpessoal e ético-política necessária à prática da Enfermagem, a fim de proporcionarmos maior visibilidade à nossa profissão e atuando em benefício de nossos pares e, especialmente,*

*daqueles a quem dedicamos o cerne do que nos é valioso: o cuidado.*

*Resta-nos, portanto, acreditar e trabalhar pela garantia, não apenas de consumo de bens e serviços, mas, acima de tudo, pelo desenvolvimento das capacidades de discernimento e julgamento sobre os seus usos.*

*Nesse sentido, assinalo aqui a importância dos órgãos de classe, particularmente a Associação Brasileira de Enfermagem, que trabalham vigorosamente com a intencionalidade única de proporcionar à Enfermagem aquilo que lhe é de direito enquanto profissão, como a luta pela aprovação do Projeto de Lei nº 2295/00, que garante 30 horas semanais para toda a equipe de Enfermagem, considerando a Enfermagem essencial à organização e funcionamento dos serviços de Saúde. E que 30 horas semanais não é privilégio, pois diz respeito à necessidade de prover um padrão desejável de condições para a prática da Enfermagem no País.*

*Todos conhecem as características do trabalho da Enfermagem - convívio com dor, sofrimento e doença, turnos ininterruptos, sábados, domingos e feriados - aliadas, muitas vezes, às más condições de trabalho, muita responsabilidade e pouca valorização têm levado à insatisfação, adoecimento e aumentado a evasão profissional.*

*Para finalizar, é necessário ressaltar a importância destes profissionais, tanto que a Organização das Nações Unidas (ONU), propôs que 2010 seja considerado o Ano Internacional da Enfermagem.*

*Visando reconhecer a contribuição da Enfermagem a nível global e envolver os enfermeiros na promoção da saúde no mundo, incluindo os objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas.*

*Parabéns a todos os profissionais da Enfermagem, que têm a sabedoria e o dom de cuidar.*

Enfim, este texto trazido pela ABEN Paraná, para que registrássemos nos Anais desta Casa, mostra um pouco da realidade do que estamos vivendo.

O Dia Nacional do Enfermeiro, instituído através do Decreto nº 2956 de 10 de novembro de 1938, pelo Presidente, pelo Presidente Getúlio Vargas, é amanhã, dia 12 de maio. Mas um outro decreto, o Decreto nº 048/09, de 1960, aí instituído pelo Presidente Juscelino Kubitschek, marcou o intervalo de 12 a 20 de maio como a Semana da Enfermagem, datas essas, 12 de maio, pelo nascimento de Florence Nightingale, e dia 20 maio o falecimento de Ana Neri. Dois vultos, Deputado Edson Praczyk, da história da Enfermagem.

Quero finalizar a minha fala dizendo que hoje pela manhã estivemos com o Vice-Reitor da Universidade Federal, com a Dra. Eliana Chomatas, que veio aqui representando a Prefeitura de Curitiba e o seu Prefeito, Luciano Ducci, e uma das coisas colocadas para ela que quero compartilhar com todos vocês, é que a mortalidade infantil da Cidade de Curitiba hoje está em torno de oito por 1 mil nascidos vivos. Já tivemos uma mortalidade, quando iniciei meus trabalhos na Enfermagem, tínhamos



uma mortalidade em Curitiba de 27, 28. Isto significa que a cada 1 mil crianças que nasciam, morriam 27 antes de completar o primeiro ano de vida. Hoje morrem oito.

Isto é uma grande marca. Eu falava hoje pela manhã, Deputado Cheida, que quando iniciei meu trabalho na Enfermagem, tínhamos dados no Brasil de 1962, em alguns lugares chegava a 70 o índice de mortalidade infantil e víamos o índice seis ou oito como um mérito da Suécia, da Suíça, dos Países desenvolvidos. E dizíamos: quando é - sonhávamos - quando é que vamos alcançar essas marcas? Pois estamos aí, com oito, com 12, com 17 na Metropolitana, mas Curitiba já tem marca, oito.

E não tenham dúvida, senhoras e senhores, esta marca não seria alcançada sem o trabalho da Enfermagem. Não teria como alcançar.

Nós estamos, eu não tenho dúvida, quero que isso fique muito claro para as pessoas que estão nos vendo e ouvindo agora, estamos presentes em todos os momentos na construção desta marca. Estamos presentes lá quando fazemos a ação de planejamento familiar para que crianças não continuem vindo ao mundo acidentalmente, isso é fundamental. Estamos presentes no pré-natal dessas crianças durante toda a gestação, desde o primeiro diagnóstico, intercalado com os profissionais médicos ginecologistas obstetras e os demais da equipe, mas o papel da Enfermagem é fundamental!

Estamos no nascimento, auxiliando na sala e muitas vezes aparando essa criança quando ela nasce de parto natural; estamos presentes no cuidado dos recém-natos; no programa de vacinação e nos serviços de puericultura deste País, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande, para não usar o chavão do Oiapoque ao Chuí, e assim por diante.

Faço questão de usar isso para que as pessoas entendam o que é o trabalho da Enfermagem, hoje estamos envolvidos nesta luta pelas 30 horas. Já falei nesta tribuna e torno a falar: só cheguei a ser Deputada nesta Casa, só cheguei nesta tribuna, primeiro porque tive o reconhecimento de enfermeira que exerci nos centros de saúde do Município Araucária. Reconhecimento das pessoas que foram cuidadas por mim e principalmente porque eu tinha uma carga horária de 30 horas. Eu entrava às 7, saía às 13, exercia meu papel de mãe, de mulher, e conseguia fazer parte dos movimentos sociais, presidir um Conselho de Saúde, estar à frente da Pastoral da Criança e outras situações que me permitiram crescer como cidadã e me envolver com os problemas da sociedade!

Então, as 30 horas para nós é fundamental, e digo que ela tem que vir acompanhada de uma melhora de salário, de um piso salarial, porque não queremos que as enfermeiras, o pessoal da Enfermagem, auxiliares, técnicos, enfermeiros, trabalhem 30 e tenham que fazer mais 30 para completar salário! Teríamos um desastre, não podemos estar fora da vida das nossas famílias 12 h por dia, com mais o percurso, talvez 14 e relegarmos para outras instituições talvez o cuidado que devemos ter, junto com nossos companheiros, das nossas casas, das nossas famílias.

Então, sabemos da nossa luta e da importância do nosso trabalho, enfim, é muito bom estar aqui e compartilhar esta história com todos vocês. Com o aparte o Deputado Tadeu Veneri, é uma honra ouvi-lo.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Deputado Rosane, novamente cumprimentá-la e daqueles que fazem da Enfermagem uma profissão e entender que nestes mais de 20 anos do SUS que é talvez um dos melhores, senão o melhor sistema de Saúde que temos, no mundo; o mais abrangente com todos os seus problemas, com aquelas imagens extremamente trágicas de hospitais superlotados, de pessoas em filas, mas, que sabemos que senão houvesse o SUS as imagens seriam muito piores, talvez aquelas pessoas não tivessem nos corredores, em filas, isso em momento algum nos contempla ou diminui o sofrimento das pessoas, mas talvez aquelas pessoas estivessem nas ruas como faziam antes de termos o SUS.

Tenho certeza que quem, nestes mais de 20 anos carrega boa parte de todo este programa são os profissionais da área de Enfermagem, os técnicos, auxiliares, enfermeiras, enfermeiros. Porque de nada adianta ter um profissional extremamente qualificado num centro cirúrgico porque conheço de perto, especialmente esta área, se aquele profissional médico, extremamente qualificado, não tiver profissionais da área de enfermagem para que possa ter todas as condições de fazer a sua parte. Então, V. Exa. lembrou bem 30 horas para a Saúde não é nenhum privilégio, é um direito que vem sendo negado principalmente pela ganância das grandes redes hospitalares, dos grandes grupos de seguro de saúde, dos grandes grupos que veem a saúde como comércio, como mercadoria e por isso mesmo ignoram que o profissional da Saúde não pode ser como se entendessem não pode ser uma pessoa que é descartável, uma pessoa que tem as mesmas aspirações, os mesmos sonhos, os mesmos projetos e por isso mesmo os mesmos direitos que aqueles que são donos dos hospitais. E por pressão deles, no Congresso Nacional, não tivemos agora há poucos dias atrás aprovado o regime de 30 horas para a Saúde.

Não fossem esses grupos não teríamos toda a pressão e a insensibilidade dos Deputados, quiçá num próximo momento possamos ter, não esse ano não, mas no ano que vem novamente os profissionais de Enfermagem estarão lá. V. Exa. vem e vem em muito bom momento junto com todos os profissionais que aqui estão. Sabemos que num determinado momento as 30 horas da Saúde não serão apenas mais um pedido, mas serão uma realidade. Parabéns e parabéns por todo aqueles que lutam pelas 30 horas, é uma luta extremamente justa.

#### **A SRA. ROSANE FERREIRA (PT)**

Obrigada Deputado Tadeu Veneri. O senhor que tem a sua esposa enfermeira que trabalha e também toca os serviços de Saúde está sensível a essa questão. O

senhor que sempre foi parceiro nessa luta de saúde. Concedo aparte, ao Sr. Deputado Cheida.

**O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Apenas para cumprimentá-la pela Audiência Pública feita hoje. Lamentar que eu não tenha podido estar presente, gostaria muito de ter lhe ouvido, ouvido a enfermeira Goretti, que é uma grande Liderança do Paraná e do Brasil nesta área, que já fez história e é uma das grandes referências no segmento de enfermagem. E cumprimentá-la porque V. Exa. continua sendo como Deputada uma grande Deputada e enfermeira, porque acho que o bom político é aquele que vem por vocação de cuidar. V. Exa. quando fala em cuidar sabe muito bem o que está dizendo. Acho que se todos os políticos brasileiros tivessem como missão ou motivação a questão do cuidar, que significa se dedicar ao outro e não a si mesmo, não estariam muitos no Parlamento fazendo negócios o que deixa a população do nosso País bastante decepcionada e entristecida. V. Exa. faz exatamente o contrário. Por isso gostaria de cumprimentá-la assim como cumprimento a todas as enfermeiras do nosso Estado nesse momento dedicado pela ONU a Enfermagem do Brasil.

**A SRA. ROSANE FERREIRA**

Obrigada Deputado. V. Exa. é que é um grande Parlamentar com quem eu aprendo muito e que mais do que isso, quando Prefeito da Cidade de Londrina instituiu às 30 horas para Enfermagem. Mas do que Parlamentar o senhor fez e faz.

Muito obrigado.

Enfim, para finalizar parabéns a todos os funcionários da Enfermagem que tem a sabedoria e o dom de cuidar. Essa frase também não é minha, essa frase foi trazida hoje pela manhã pela Sra. Ivone Cabral, professora da Escola de Enfermagem da Universidade do Rio de Janeiro e Diretoria da ABEN Nacional. É uma grande frase e eu tive a ousadia de repeti-la aqui na tribuna. Parabéns a todos os profissionais de Enfermagem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Welter.

**Deputado Elton Welter (PT)**

**O SR. ELTON WELTER**

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sras. Deputadas.

Esta Casa tem feito muitas Audiências Públicas do interesse da sociedade paranaense.

Quero parabenizar a Deputada Rosane por essa Audiência. Na semana passada fizemos aqui uma Audiência e tratamos da Titulação de Terras e a questão do Crédito Fundiário. Uma Audiência muita bem representada pelo setor da agricultura familiar.

Vim aqui, Sr. Presidente, porque este Poder Legislativo já disse em várias entrevistas que vai passar por

mudança. É nos momentos de grandes crises que vêm as grandes soluções. Esta Casa dizia que já deveria ter passado por mudanças há mais de 20 anos atrás do ponto de vista da reestruturação administrativa.

Estamos pagando caro por isso. Talvez V. Exa. é o que mais está pagando por isso. Vai ser o Judiciário que vai julgar os atos, eventualmente cometidos equivocadamente, não vão ser os Deputados. Tenho feito um esforço grandioso. Aliás, tenho sido respaldado pelo meu partido e pela minha bancada.

Tenho falado seguidamente com V. Exa. e conversado para que as mudanças ocorram, e de fato estão acontecendo.

Por isso, estou sendo respaldado pelo meu partido e pela minha bancada. Esta lei de hoje está sendo votada e V. Exa. foi feliz quando falou que disciplina as regras para nomeação dos servidores e cargos de provimento em comissão no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. No seu artigo 27 diz textualmente que tão logo seja feita toda essa reestruturação do reenquadramento, do recadastramento da reestruturação administrativa, terá clara a necessidade de fazer concurso público.

Aliás o artigo 27 diz o seguinte:

*Art. 27. No prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, concluirá o plano de reestruturação administrativa, necessária à adequação de seu funcionamento.*

*Parágrafo Único. No prazo de 01 (um) ano, contado da conclusão da reestruturação administrativa prevista no caput do presente artigo, o Poder Legislativo editará lei transformando, quando necessário, cargos de provimento em comissão em cargos de provimento efetivo, e realizará concurso público para provimento dos cargos vagos.*

Isso, Sr. Presidente, é certamente uma medida acertada que V. Exa. conduziu e foi articulada por mim e por outros Deputados, que sempre pediam aqui nesta Casa concurso público.

As medidas saneadoras estão sendo feitas. Está muito claro isso, só não vê quem não quer. Não vai ser o Poder Legislativo quem vai julgar o Poder Legislativo, será a sociedade ou o Judiciário.

Esta Casa está fazendo as mudanças que teriam que ter sido feitas há mais de duas décadas atrás. V. Exa., para quem puder ver, vocês verão, está sendo trabalhado o novo organograma da Casa.

O organograma atual é absolutamente concentrado, infelizmente, que levou e induziu muitos aqui a erros. O novo organograma deve prever e já está em estudo, ele vai dar a todos a descentralização administrativa, fazendo com que haja delegação de poderes para todas as pessoas sem centralização de poder.

Na minha visão, e esse debate que vai ser feito aqui na sequência, tão logo chegue a ordem de fazer essa visão de novo organograma da Casa, inclusive, Deputado Elio Rusch, defendendo que seja definida por colégio de

líderes, aí sim, valerá forças de todas as bancadas, de todos os líderes partidários desta Casa. Defendo também aquilo que o Deputado Tadeu já fez, inclusive, que já fizemos requerimento e está no Diário Oficial publicado, que façamos mudanças ou via Regimento Interno, ou por uma emenda à Constituição. Ontem discutimos na bancada para surtar com a questão da reeleição na Casa e criar condições para eleição avulsa dos membros da Casa.

Neste momento em que a Casa passa pela maior crise da sua história, não tenho dúvidas de que são destas grandes crises que vêm as boas soluções. Tenho feito esforço grandioso, e vou repetir, estou respaldado pelo meu partido, pela minha bancada, para que continuemos lutando para aperfeiçoar o processo legislativo e fazer desta Casa uma das Casas que talvez seja, de fato, a mais transparente do Brasil daqui para a frente, com todas estas medidas que estão sendo feitas.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentar o Deputado Elton Welter e acrescentar um ponto que é muito importante e que talvez poucos Deputados, principalmente os novos, não saibam. Mas, o autor da lei que proíbe, ou proibia a reeleição da Mesa é este que vos fala. Eu fui o autor do projeto que proibia a reeleição da Mesa, quando 48 Srs. Deputados, em outras gestão, mudaram o projeto de minha autoria.

Portanto, me congratulo com V. Exa. porque a ideia não é nova. A ideia é boa. E principalmente, Deputado Elton Welter, quando se fala na questão do nosso organograma, das divisões, de decisões, conforme já tivemos oportunidade de conversar com o Deputado Tadeu Veneri, e que teremos a participação não é só do nosso Centro de Operações Legislativas, mas principalmente da Secretaria da Administração, nós haveremos de, se Deus quiser, ainda neste mês de maio, estar com tudo pronto.

Já tive oportunidade de dizer que o projeto que fala do concurso público já está contemplado nestes dois projetos que devemos votar hoje e que peço aos Srs. Deputados, encarecidamente, que o aprovemos em duas discussões, hoje, através das emendas substitutivas. Portanto, teremos duas Sessões ainda hoje.

Concedemos a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

#### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

##### O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que acompanham as transmissões desta Casa.

É sempre com alegria que a nossa equipe tem anotado os recados, pessoas que telefonam de várias Cidades do interior e as pessoas que mandam e-mails. Quero agradecer, porque insisto sempre, se estou aqui como Deputado agradeço a Deus e devo tudo ao povo, porque sem o povo eu não seria ninguém, não estaria aqui como

Deputado. E ao povo devo a maior satisfação, o maior respeito, e devo fazer o melhor de mim e trabalhar com alegria. É com amor e alegria que atendemos aos e-mails dos nossos paranaenses.

Inicialmente, uma notícia triste: morreu o aposentado baleado por um segurança de banco. O aposentado Domingos Conceição dos Santos, 47 anos, não resistiu aos ferimentos causados por um tiro, na última quinta-feira, e teve morte cerebral na manhã desta terça-feira. Esse aposentado, é sabido que tentou entrar em um banco, mas tem a porta giratória, que apitou. Aí acabou havendo uma discussão do aposentado com o segurança, ele tentando explicar que o apito era por causa do seu marca-passo. No auge da discussão, um segurança despreparado, talvez sem nenhum treinamento, saca o revólver e atira covardemente, brutalmente, e o resultado está aí: a morte do aposentado de 47 anos.

Nós lamentamos essa morte! Os nossos respeitos a todos os seguranças que trabalham em bancos, trabalham nos diferentes segmentos, mas lembrando que é preciso um treinamento para quem coloca um revólver na cintura, e muitas vezes coloca dentro da legalidade, sendo que está autorizado a colocar, mas tem gente que não tem preparo emocional para andar armado, porque no primeiro bate boca saca o revólver e a razão dele está em apertar o gatilho, em matar.

Então, é preciso que o Brasil aproveite este momento, porque já cheguei a ver na TV, no jornal e no rádio, alguns especialistas entenderem que a maioria que é contratada por essas empresas, porque elas estão objetivando primeiro o dinheiro e muitas vezes não dão, o atendimento adequado e acabamos tendo essa “nhaca” que estamos vendo, um pobre, infelizmente, de um aposentado com marco-passo, morrer não do problema do coração, mas morrer baleado por um segurança na porta de entrada de um banco.

#### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

E o curioso é que os grandes veículos de comunicação, quando envolve um banco grande, de maneira covarde os grandes veículos só informam o seguinte: em uma agência bancária ou em um supermercado da Cidade. Outro dia prenderam um grávido em um hotel de luxo e eu estava ouvindo o rádio e escutei: “Preso em um hotel de luxo da Cidade.” Agora, quando é no Bar do Quinca ou do Didin, lá em um bairro popular, aí coloca placa, coloca o Didin, coloca o dono, sendo que ele não tem nada a ver com a confusão. Isso é vergonhoso! Estamos cansados de ver isso! Até agora não consegui ver em que banco esse aposentado foi baleado. E por que isso? Porque o banco é poderoso, como por exemplo o Itaú, que teve mais de R\$ 3 bilhões de lucro em apenas três meses. E aí ficamos indagando: que tratamento desigual há neste País! Em um supermercado, em um hotel de luxo ou em uma agência bancária, não que o banco

tivesse alguma coisa, porque o banco terceiriza o serviço de segurança, mas isso mostra a filosofia dos donos dos grandes veículos: “Vamos poupar o nome do banco, o nome do supermercado ou o nome do hotel, porque são anunciantes e dão dinheiro para o nosso veículo.”

Volto a repetir, quando é em um barzinho, em uma quitanda ou em um empório de um pequeno empresário, aí sai bem grande no jornal. Mas, de qualquer forma, não é o que estamos discutindo, porque estamos discutindo a necessidade de um senhor preparo para quem usa revólver nesse País e que lida com o nosso público. Às vezes o sujeito tem até um distúrbio mental, e de repente pode provocar um tiroteio e mata muita gente.

Temos aqui da Andréia dos Reis: *Deputado Belinati, meu nome é Andréia. Tenho 34 anos, sou casada, tenho uma filha de seis anos, moro em Rolândia e sou portadora de necessidades especiais, sou deficiente física.*

Então, ela está pedindo um triciclo motorizado adaptado para sua locomoção. No entanto, novamente, Deputado Dobrandino, esbarra na tal lei eleitoral. Nos como vemos com o drama da Andréia que é deficiente física, mas se doarmos o que está pedindo é abuso de poder econômico, fica ineleável, não pode mais ser candidato, ainda responde a um baita de um processo.

Bom, sei que ocorreram muitos abusos no nosso País, mas, então, o Governo deveria atender essas pessoas que precisam de uma cadeira de rodas, de um colchão ortopédico, braço mecânico, perna mecânica, às vezes, até de um par de óculos, de cirurgia, de remédio, porque agora eles batem na nossa porta e, lamentavelmente, por mais sensibilidade que tenhamos, estamos impedidos de dar um pão quem quer que seja. Deu um pão para um mendigo ficamos ineleáveis.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Concede um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

V. Exa. levanta uma questão que ocorre no meio político que é a ajuda às pessoas. Ajudo as pessoas, independente delas serem eleitores ou não. Não peço o título para ninguém e ajudo a todos, fora ou em época de eleição. Sempre fiz e vou continuar fazendo, mesmo depois que terminar o meu mandato, mas essa questão que V. Exa. levantou será que se essa pessoa fosse ao Ministério Público pedir uma ajuda eles dariam o que ganham? Eles ganham muito mais do que nós. O que eles ganham é líquido e não dão nada para ninguém. Será que eles atenderiam a essas pessoas? Nós Deputados é que estamos sujeitos a fazer esse tipo de trabalho de assistencialismo, ajudar as pessoas, porque eles dizem que quem tem que ajudar é o Governo, mas eles não abrigam o Governo a dar. Não é verdade? Vão bater na Casa do Vereador, do Deputado. Nós é que estamos expostos. Não é verdade? E eu nunca furtei a fazer esse tipo de trabalho quando a pessoa precisa. É uma cadeira de roda, é uma passagem, é um documento. Fizemos sempre isso.

Há poucos dias, um promotor covarde de Londrina, porque grande parte é covarde, queria prender um Vereador porque fez algo por um eleitor. Que crime é esse? É crime, Deputado, eles ganharem um salário de marajá, fiquem dentro das suas salas fazendo, na verdade, as coisas para ferrar os outros. Já falei aqui que lá em Foz de Iguaçu, quando eu era Prefeito, um promotor desavergonhado e picareta fez um expediente à Prefeitura pedindo, que eu arrumasse duas funcionárias para assessorá-lo no Ministério Público. Gentilmente, eu fiz. É normal o Governo emprestar funcionários para o Fórum, para o DETRAN, enfim. Hoje, diminuí muito isso, mas se fazia muito isso, e eu cedi as duas funcionárias. Passados seis meses, ele moveu uma ação contra mim porque elas estavam em desvio de função. Então, esse é um mau caráter mesmo. Conheço muitos promotores que são decentes, pessoas boas, mas tem muito picareta, mau caráter e corrupto. E, agora, você não pode ajudar uma pessoa que precisa, que necessita, por causa da demagogia do Ministério Público.

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Muito obrigado, Deputado Dobrandino.

O jornal Estado do Paraná, Dr. Paulo Pimentel, a Betinha: *Sozinho Osmar não disputa o Governo!* Acho que todo mundo para ser candidato, no mínimo, tem que ter a companhia do povo. Não é? Sem o povo ninguém chega a lugar algum. Estou entendendo aqui que o sozinho do Osmar seria aglutinar outras forças políticas.

A Folha de São Paulo: *Neymar vai pedir a Deus para ir à Copa 2010!* Bom, pediu e Deus falou: “Não, você não vai. Vai ficar aí!” Só pode ser! Só se for o tempo nublado que atrapalhou a comunicação do coitado do jovem Neymar com Deus, mas se ele continuar jogando bem como está indo, ainda vai chegar o tempo dele numa Copa do Mundo.

Indústria e Comércio: *Governo vai continuar a reduzir gastos de Ministério*

No final do apagar das luzes. Agora é hora de arrumar as gavetas, daqui a pouco assume um novo Presidente do Brasil. Pena que economia vão fazer agora, na véspera da eleição. Se é que vão fazer mesmo.

O jornal Metrô: *Prefeitura de São José dos Pinhais contrata 139 servidores para a área da Saúde;* a Folha de Londrina: *Retirada de incentivos. Governo quer reduzir o consumo.* O que significa isso: reduzir o consumo, quem está pensando em comprar um televisor novo, vai ficar com o velho, com o sofá velho, porque reduzir o consumo não é bom para a indústria, para quem trabalha na indústria, para o dono, não é bom para o lojista, para o balconista e não é bom para o povo. Quando há uma estagnação no comércio é ruim para todo mundo, para o próprio povo que não tem condições de melhorar o seu padrão de vida.

E-mail do Marcos Muller: *Sou aposentado e até pouco tempo atrás eu podia acessar meus dados no INSS, através da internet.* Alô dirigente da Previdência

Social. Até outro dia o Marcos Muller podia acessar os dados dele. Agora criaram uma tal de senha para ter acesso. Terei que fazer um agendamento e viajar 100 quilômetros até Paranaguá só para saber qual foi a senha que os burocratas inventaram para nós todos. O argumento disso é para evitar fraude.

Assaltaram a casa dos seguranças do Pessuti, agora o Governo não vai poder falar mais que o povo está seguro. Quando assaltam casa do Governador, dos seguranças, aí volta o debate que a violência está demais. Enquanto estão assaltando o agricultor, o comerciante, a população, vem o Governo com aquela mentira que o povo tem Segurança. Tomara que a Segurança que o Governador tem, seja um dia oferecida a todos os paranaenses, a todas as famílias.

E-mail Foz do Iguaçu, João Batista: *O senhor sabe que estou sempre atento as coisas que acontecem. Em primeiro lugar, por que a OAB não verifica de onde está saindo a verba para pagar R\$ 17 mil por mês de aluguel, para a guerrilheira Dilma? Em segundo lugar, vi que deram um prêmio para o Lula sobre o Fome Zero. Isso foi criado pelo Betinho e encampado pela Dona Ruth Cardoso.* Então, está aí. Ele quer a explicação. Tomara que haja uma boa explicação.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com muito pesar que também noticia hoje o falecimento da senhora mãe do Deputado Caíto quintana, que estava aqui ontem entre nós e recebeu a notícia do falecimento da senhora sua mãe lá em Planalto, por isso não está aqui hoje, e em nome de toda a Assembleia Legislativa as nossas condolências à família Quintana que, prematuramente, perde o Deputado Caíto, a sua genitora.

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

### **Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)**

#### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores, já havia decidido até declinar da minha inscrição nesta tarde e prendia fazer o pronunciamento em forma de uma questão de ordem, ou apenas dar ciência a este Plenário de que formulei um requerimento com base nas minhas reivindicações no cumprimento da Constituição Estadual, mais precisamente do artigo 55 que diz respeito, às vezes, que um pedido de informações aprovado devidamente por esta Casa, por este Poder, e que ao final do prazo regimental, constitucional, que é de 30 dias, não respondido, para que providências fossem tomadas.

Então, nesta tarde, Sr. Presidente, nobre Deputados, apenas lerei o teor do meu requerimento cobrando providências da pessoa do nosso Presidente aos dois Secretários, que lamentavelmente não responderam até o presente instante os questionamentos deste Parlamentar.

#### (Lê):

“Sr. Presidente, o Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais requer providências da presidência desta Casa de Leis no sentido de determinar à Procuradoria Geral que tome as medidas judiciais cabíveis, conforme preconiza o artigo 55 da Constituição do Estado do Paraná, em relação aos requerimentos aprovados em Plenário e não atendidos no referido prazo constitucional.”

Apenas para que a sociedade que nos acompanha neste momento através da TV SINAL e os nobres Pares tenham, a lembrança dos assuntos, ambos os requerimentos que deveriam ter sido respondidos no prazo máximo de 30 dias, há mais de três meses estão por ser encaminhados em forma de resposta para este Poder.

Um, Secretário de Estado dos Transportes, requerimento aprovado em 08 de fevereiro de 2010 e Secretaria de Estado da Educação, o requerimento aprovado em 1º de março de 2010.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2010, assina o Parlamentar que vos fala.

Portanto, Sr. Presidente, apenas para dar ciência à Mesa, mais especialmente a V. Exa., para que então a Procuradoria desta Casa tenha as decisões, as ações, as medidas necessárias a serem tomadas para que então este Poder seja atendido e este Parlamento seja respeitado.

Era a minha fala, Sr. Presidente, e é só no momento.

Muito obrigado.

### **Grande Expediente:**

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### **Deputado Jocelito Canto**

#### O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Alguns assuntos, Sr. Presidente, seria interessante comentarmos agora. Quero falar um negócio que descobri e não sabia, sobre Deputados Federais. Não deu para pegar ali porque a correria é muito grande, aliás tem um Deputado Federal que anda criticando a Casa. Me aguarde!

Inicialmente, Sr. Presidente, queria pedir ao Departamento de Segurança da Polícia Civil que não mexa com a delegada de Ponta Grossa, Dra. Araci, não mexam com ela! Está uma conversa, está no jornal hoje que a Secretaria cogita a chefia da 13ª de Ponta Grossa. Segundo eles, tecnicamente é uma bela delegada, trabalha bem, faz bem, organizou a delegacia, só tem um problema: ela é de 2ª classe e agora é lei, vai ter que assumir quem é de 1ª classe, segundo eles. Muito bem, eu tenho a solução: transformem a delegacia em 1ª classe! Essa

mulher é uma das mais brilhantes delegadas que o Paraná tem, ela não tem o rabo preso com ninguém, é uma delegada que bota a pistola na cintura e vai atrás de bandido! Montou uma equipe séria, organizou a 13ª Divisão.

Então, quero pedir aos senhores da Segurança: não mexam com uma delegada séria, não mexam, senão vão arrumar briga comigo! A delegada não é minha apadrinhada política, nunca fiz isso, mas é uma delegada séria, que está botando ordem. O que vocês da Segurança devem fazer é mandar para ela mais viaturas. Sr. Governador, diga para o seu Secretário mexer em lugar que está podre, não mexam com a delegada da 13ª de Ponta Grossa, é uma delegada que ganhou o respeito pelo seu trabalho.

Se o problema dela é que ela é de 2ª classe o Governador que faça um decreto e a transforme em 1ª classe, pelo que ela já fez e merece.

Então, fica o recado ao nosso Governador e aos senhores da Segurança: mexam aonde tem problema! Ponta Grossa tem índices bons, se vocês mandassem mais viaturas e mais gente para trabalhar em Ponta Grossa. Então, estou dando um recado público: não mexam com essa delegada! Quero avisar todo pessoal da Segurança: querem mexer, mexam com outros, mas não venham para Ponta Grossa encher o saco lá. Já avisei lá na frente do Governador e volto a dizer aqui, é aquela história: mexeu com a delegada mexeu comigo. Já vou avisar: o pau vai comer! Querem mexer? Mexam com outros, mas não mexam com uma delegada séria, uma delegada que não faz acerto, uma delegada correta!

Está dado o recado. Se fizerem confusão, vão ver! Aí eu vou me rebelar, aí o bicho vai comer!

Vamos voltar a outro assunto: eu protocolei um requerimento. É só V. Exa. fazer o gol. Estou requerendo hoje a V. Exa., neste momento de tanta transparência que estamos vivendo, para pagar a URV dos funcionários da Assembleia. Estou requerendo por escrito, está aí na mesa um requerimento meu. Sr. Presidente, os promotores já receberam há 10 anos atrás, mais. Os funcionários do Ministério Público já receberam em 2003, 2004, os coitadinhos, os operários do Ministério Público receberam através de uma ação na Justiça. Os promotores receberam em 1995/1996, sem ação judicial. Sr. Presidente, V. Exa. está no momento bom de fazer esse gol de placa. Manda fazer o levantamento, manda pagar em 10 vezes, em 20 vezes, em 30 vezes e acabou. V. Exa. pague os funcionários. O Ministério Público recebeu, esses funcionários aqui também merecem, depois daquela invasão eles merecem mais ainda. O senhor faça o favor de pagar, porque agora eu vou lhe cobrar todo dia. Dinheiro só temos, o caixa da Assembleia comporta isso. Chame aí alguém que entende desse troço e mande pagar!

O segundo requerimento que está aí, V. Exa. outro dia falou um negócio e depois eu fui ouvir a fita lá em cima, porque eu gravo tudo, o senhor disse que tem jornalistas que trabalham aqui e foro, fazem bico aqui e trabalham fora. O policial não pode fazer bico, se fizer ele vai

em cana. E o policial é tão sofredor que quando ele vai fazer um bico ele se incomoda, ele dá um tiro em alguém, ou alguém dá um tiro nele.

V. Exa. falou em jornalistas que são funcionários desta Casa ou estão em cargo em comissão e que trabalham em outros órgãos, desde 1994. Fiquei curioso, quero saber quem é e onde trabalham. Se a briga está conosco, que não podemos ter um assessor lá, não pode ter dois empregos, V. Exa. disse que tem uma relação de jornalistas aí, não só a Gazeta do Povo, de todos, para não dizer que é bronca com a Gazeta do Povo, quantos jornalistas trabalham nesta Casa, ou trabalharam desde 1994 e que trabalhavam em jornais também? O requerimento está aí, V. Exa. por favor me informe.

Sr. Presidente, tenho dois documentos aqui. Tenho visto o pessoal da Rede Globo, vou dar o nome. A Rede Globo tem criticado nós Deputados, porque queremos ter assessores lá no interior. Tem falado todo dia isso: “Os Deputados querem cabos eleitorais no interior.” Quero dizer ao pessoal da Rede Globo que não fomos nós que inventamos a roda. Não fomos nós. Esse negócio de assessor lá no interior, isso é de 1900 e lá atrás. Estou aqui e vou ler o nome dos Deputados, não é para ofender nenhum Deputado.

Vou ler o Diário da Assembleia de 1985. Tem uma certidão assinada pelo falecido Aníbal Khury, que diz e que cria o cargo, e só não vou ler o nome da pessoa porque vai envolver a mãe de um Deputado. Não vou falar o nome, em respeito à mãe.

Tenho um grande orgulho e me chamam de corrupto, de vez em quando, que tenho processo. Mas, a minha mãe trabalhou 26 anos na Prefeitura, Secretária na porta da Prefeitura, cabecinha vermelha, nunca faltou um dia de serviço. Trabalhou 26 anos, ela tem lúpus no sangue desde os 30 anos. Nunca faltou um dia de trabalho, até hoje toma remédios. Ela ia com o guarda chuva dela no Rio Grande do Sul, Cidade simples que precisava caminhar 10, 15 quadras com chuva ou com sol. Eu dizia? mãe a senhora está doente. “Não! Vou trabalhar, porque preciso sustentar vocês.”

Aqui está Sr. Presidente isso é de 1985: cria o cargo símbolo 4-C de auxiliar de serviços externos. Posso até ceder o documento para a imprensa depois, agora pediria em off que não divulguem o nome, até em respeito ao que eu pedi. Dou cópia, mas pediria que não divulgassem o nome porque não quero divulgar o nome.

Ouvia a Globo falando hoje, que nós queremos dar aumento, Deputado Tadeu veneri, V. Exa. disse que queremos inventar um aumento. Não estamos inventando, já existia aqui. V. Exa. disse que queríamos dar um aumento de gratificação. V. Exa. falou ontem.

Essa pessoa ganhava o símbolo 4-C, auxiliar de serviços externos, do gabinete tal e tal, sendo que a referida servidora percebe um salário de 24 mil, 51 cruzados e 76 centavos, mais 24 mil, 51 cruzados e 76 centavos referentes a 100% de gratificação em seus vencimentos. Essa servidora recebia 48 mil, 103 cruzados e 52 centa-

vos. Isso lá atrás, em 1985. Ganhava e tinha um cargo, marquem bem o cargo, para exercer o cargo em comissão símbolo 4-C, de auxiliar de serviços externos do gabinete do Deputado. Não fomos nós que inventamos.

Vou dar nome de uns Deputados, até alguns Deputados ficha limpa. Já que eu sou ficha suja, vou dar nome de Deputados que tinham cargos lá fora, que era legal e que ninguém falava nada. Ninguém falava! Inclusive, quem tinha, o ex-Presidente do Tribunal de Contas, Deputado Nestor Baptista, tem uma nomeação dele, tinha uma funcionária no interior. Este é só um. O Deputado Orlando Pessuti, hoje Governador, também tinha uma nomeação. O Deputado Djalma de Almeida César, de Ponta Grossa, também tinha. Todos tinham, e o Deputado Rubens Bueno também tinha, inclusive um Deputado muito conhecido aqui: “Exonerar, a pedido do Sr. fulano de tal, do cargo em comissão símbolo 4-C, de auxiliar de serviços externos, do gabinete do Deputado Rubens Bueno. Nomeia, ao mesmo tempo, fulana de tal, para exercer o cargo de auxiliar de serviços externos do gabinete do Deputado Rubens Bueno”.

Então, isto já existia. Não fomos nós que inventamos. Isto já existia lá atrás. Agora, me chamou a atenção, e todo mundo está só falando da Assembleia. E os Deputados Federais, senhores? Eles têm funcionários no interior? Os Senadores têm? Pergunto: algum Senador do Paraná tem cargo no interior do Paraná? Alguns deles.

Eu não sabia, um Deputado Federal tem direito a algumas coisas. Eu não consegui pegar tudo, mas o que mais me chamou a atenção é que um Deputado Federal tem direito que nós não temos, que é o tal do direito a terno, a gravata, ao paletó. Eu não sabia disto. Fiquei assustado. O Deputado Federal recebe, por mês, 2 mil e 500, duas vezes por ano, recebe para comprar o paletó. Uso este aqui toda semana. Só troco a camisa. e ando pela Assembleia. Aqui dentro respeito. Só estes dias vim de tênis, porque só tenho um sapato que deixo aqui e acabei levando para lá e esqueci, tive que vir de tênis. Para não faltar, tive que vir de tênis. Foi a única vez que entrei diferente aqui. Mas, é sempre o mesmo. A camisa, lavo todos os dias.

Agora, o Deputado Federal tem direito a auxílio terno, duas vezes por ano. Tem direito a 10 mil de passagens, 3 mil e 500 de auxílio moradia, os cargos eu ainda não peguei, porque não deu tempo. Eu estava conversando com uma “fonte” minha e não posso revelar, porque senão dá confusão, salário de 15 a 500. Tem 15 mil de verba para gastar. Tem 14°. Que mais? Escrevi aqui que nem eu mesmo entendi!

Perguntaria o seguinte, Sr. Presidente: os Deputados Federais têm assessores aqui no Paraná, no interior? Têm? Só quero perguntar, porque a bronca é só conosco. Agora, pergunto, senhoras e senhores da imprensa: os Deputados Federais têm assessores no interior? Como é o controle desses Deputados? Porque a bronca é só conosco! Os Deputados Federais têm ou não têm funcionários no interior? Têm ou não têm? Só nós não podemos

ter um assessor no interior. Eu não vi ninguém falando. Os Deputados Federais têm ou não têm? Acho que têm. Aonde? Nas Cidades das suas bases, no interior. Por que não cobrá-los também? Porque vi Deputado Federal nos criticando, muitos que muitas vezes andaram aqui pelo plenário estão nos criticando. São críticas, às vezes, sem fundamento, e o que mais me deixa triste é quando vejo um ex-Deputado desta Casa nos criticar, porque quem passou por aqui não pode nos criticar, porque nunca fiscalizou. Vocês imaginem não o Nelson Justus, mas vamos colocar o Aníbal Khury ali na Mesa e ele diz: “Estão em votação as contas da Assembleia. Quem for favorável, permaneça como está. Aprovado.” Vocês imaginem algum Deputado levantar e falar: “Sr. Aníbal, quero falar das contas.”

Os Senadores podem dizer se têm funcionários ou não no interior. Eles que digam. Acho que a transparência não é só na Assembleia. Vamos passar tudo a limpo! Vamos ver tudo o que temos que ver.

Então, perguntaria: Deputados Federais têm funcionários no interior? Esses funcionários são o quê? São iguais aos nossos? Os Senadores têm funcionários no interior? Pode um assessor de um Senador lá de Brasília, do Senado da República, trabalhar no interior ou na Capital? Pode. Acho que pode. Acho que não há nada de ilegal nisso.

Tem muitos Senadores no twitter. Perguntem para eles. Estou só fazendo essa pergunta para divagar e não para esconder nada, até porque da nossa Casa já foi levado tudo. Já entraram, já levaram, e se tiver alguma coisa errada, que ferrem quem tiver que ferrar. Mas vamos mostrar que desde 1984 já tínhamos aqui funcionários externos trabalhando, ganhando 100% de gratificação e ninguém fala disso. Imaginem alguém dos ex-Deputados questionando o Aníbal Khury.

Quando assumi pela primeira vez, não sei se os senhores lembram, eu louco de faceiro subi naquela tribuna de lá, tinha pego um “checão” da Assembleia e nunca tinha visto tanto dinheiro na minha mão, peguei o dinheiro, subi naquela tribuna e falei: Sr. Presidente Aníbal Khury, quero prestar contas do que ganhei aqui na Assembleia. E aí falei que tinha comprado 20 cadeiras de rodas, e aí apareceu a história da cabra, porque eu tinha comprado uma cabra para dar leite para as crianças e virei o Deputado da cabra no País. A minha mídia é antiga e não é de agora. O CQC é fichinha. A cabra foi parar no exterior. E aí disseram: “Não pode fazer a prestação de contas.”

Concedo um aparte ao Deputado Nereu Moura.

#### **O Sr. Nereu Moura (PMDB)**

Deputado Jocelito, o Deputado Federal e o Senador não só podem ter como têm assessores no interior do Estado. Todos os Deputados Federais possuem a assessoria no interior do Estado e os Senadores também possuem, sendo que eu mesmo conheço os assessores dos Senadores do Paraná, que ficam aqui em Curitiba, e tam-

bém conheço os assessores dos Deputados Federais que ficam pelo interior do Estado do Paraná.

Portanto, a Assembleia Legislativa do Paraná apenas copiou o que existe a nível nacional, na Câmara Federal, isso desde 1985, como V. Exa. está a reportar da tribuna desta Casa. De forma que V. Exa. tem razão quando cobra essa impertinência em relação à Assembleia Legislativa enquanto as outras instituições do Brasil ficam sem ser questionadas, uma vez que a Assembleia nada mais está fazendo do que copiar o que a Câmara Federal e o Senado Federal possuem de prática, em nível de assessoramento, assessoramento político, assessoramento parlamentar.

Então, parabeno V. Exa. por abordar este tema, para que todos possam, no Paraná, tomar conhecimento dele.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Presidente, vou usar o horário do PTB.

Só abordei este tema porque estou vendo especialmente a paulada em cima de nós. Queremos criar assessoria, criar cargos especiais, dar gratificações, mas tudo isso já existia em 1985. Agora, o Deputado Nereu Moura, que tem um grande conhecimento, acaba de dizer que Senadores e Deputados Federais têm cargos no interior. Então, espera aí, a bronca é dirigida a nós por quê? Com os outros Deputados também não é a mesma coisa que nós? Então, fica a pergunta para os segmentos da imprensa: por que só em nós se os outros Deputados têm e os Senadores têm? Então, Presidente, fica este meu desabafo aqui.

Deputado Neivo, não mexa muito em meus papéis, porque estou numa encrenca danada aí. Por favor, não mexa em meus papéis. O senhor fica mexendo. Outro dia o senhor pegou um papel meu e agora não estou achando. Estou levantando um negócio de uma publicidade. Eu sou radialista e me lembro que, quando eu era Prefeito, dizia para o Jaime Lerner: Jaime, estou sem as UTIs em Ponta Grossa. Estamos sofrendo com as criancinhas. Arruma um dinheirinho para bancar essas UTIs! E o Jaime me dizia: “Estou sem dinheiro.” Agora, quando vejo aquilo ali que estou vendo em cima da minha mesa, um ator da Globo recebeu um cachê que dava para pagar a UTI de um ano lá em Ponta Grossa, fico pensando: meu Deus do Céu, um ano dava para pagar a UTI das criancinhas que eu não pude salvar. Estou somando conta porque tem um publicidade assim. Aqui em Curitiba custou 200 mil; lá em Maringá custou 180 mil; ali em Ponta Grossa custou 80 mil; e daí tudo deu 700, 800 mil, uma única inserção. Estou estudando porque eu entendo dessa área. Estou calculando números, quantidades de inserções e estou fazendo um estudo na Biblioteca Pública do Paraná.

Para terminar, Sr. Presidente, esta semana um funcionário desta Casa foi preso. O Sr. Luiz foi preso. Confesso que não entendi ainda o motivo da prisão do Sr. Luiz, que é uma pessoa maravilhosa. Não entendi o motivo da prisão dele, por quê foi preso pela manhã e

solto à tarde. Entendo que um Poder tem um mandado judicial e este deve ser respeitado. Se tiver um mandado na mão, ele vem aqui e diz: “Sr. Luiz, estou aqui com um mandado e quero entrar na gráfica, quero ver tudo que tem que ver. Quero entrar e quero que o senhor me conte tudo que estiver aí dentro.” Pronto, o Sr. Luiz tem que fazer isso, porque é o chefe da gráfica, e certamente faria isso. Daí o prenderam e o soltaram. Eu não entendi. Não precisava prender, bastava chegar e mostrar o mandado.

Em homenagem ao Sr. Luiz, Sr. Presidente, em homenagem a essa prisão desse funcionário de carreira da Casa, pediria a V. Exa. que pagasse a URV dos funcionários, a partir desse ano. Não acho justo, Sr. Presidente, que outros Poderes tenham recebido e o nosso Poder não. Quero sair daqui, no final deste ano, quando termina meu mandato, e quero dizer com orgulho, Sr. Presidente, que ajudei a convencê-lo que precisamos pagar a URV dos nossos funcionários. Eles merecem. Tem gente até sendo presa indevidamente e esses merecem receber essa URV.

Então, faço este pedido a V. Exa., ano de Copa, Sr. Presidente, o senhor está com a camisa do Atlético, sua preferida, a CBN está transmitindo o jogo e, com paradinha ou sem paradinha, V. Exa. pode fazer esse gol de placa e contemplar os nossos queridos funcionários desta Casa, que estão passando por um momento difícil e acho que é uma forma de cumprir o que os outros Poderes já fizeram. Faço esse pedido a V. Exa. em nome de todos os funcionários desta Casa e volto com muito mais.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### *Deputado Douglas Fabrício (PPS)*

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez quero falar aqui uma história que é longa daquele pedido de informações que fizemos para a Secretaria da Segurança Pública em 23 de setembro de 2009. O pedido de informações, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados, ou seja, todos que estavam presentes naquela Sessão votam - sim. Concordaram com nosso pedido de informações. O que queríamos saber: quantos policiais militares e policiais civis o Estado tem ou tinha em 1990; quantos tinha em 2000 e quantos tem agora, desses policiais militares e policiais civis que temos hoje - quantos concursos foram feitos, quantos foram contratados, quantos foram demitidos e quantos pediram demissão. Enfim, para sabermos exatamente o número de policiais militares que temos hoje, aqui, no Estado do Paraná. Mas essa informação é tão difícil de conseguir!

Foi aprovado em 2009 no dia 23 de setembro. Depois veio outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março abril e já estamos no mês de maio - oito meses já se passaram! Cobramos respostas aqui na



Assembleia Legislativa, cobramos respostas lá na Secretaria da Segurança Pública, mandamos documentos depois que foi aprovado aqui, depois que a Assembleia mandou para a Segurança Pública e não vieram as respostas. Mandamos carta oficializando, pedindo resposta e o Secretário não respondeu. O Deputado Elio Rusch que é o Líder da Oposição reiterou nosso pedido aqui para que viesse resposta e ainda não veio.

Entramos com um requerimento administrativo lá na Secretaria da Segurança Pública no mês dois de 2010, agora, também não veio resposta. Foi feita uma petição em juízo no mês três, dia 18, que é uma ação de segurança com pedido de limitar. Em seis de abril foi concedida a liminar pelo Desembargador Luiz Carlos Xavier que deu um prazo de cinco dias para que o Secretário apresentasse a resposta. Nisso em seis de abril de 2010 e colocou uma multa diária de R\$ 500. Nesse período o Secretário que estava lá não respondia os documentos, não atendia o pedido da população de melhorar a Segurança, o novo Governador demitiu o Secretário. Fez bem o novo Governador, porque a própria Polícia não estava aguentando mais o trabalho do Secretário. A partir daí o novo Secretário Coronel Aramis Linhares Serpa, a informação que me chega que ele foi a juízo e pediu um prazo de 15 dias para conseguir dar essa resposta para os Deputados e para a sociedade.

Ontem vimos em notícia nacional: os próprios seguranças do Governador foram assaltados. Foi ou não foi isso que aconteceu? Os Seguranças do Governador foram assaltados, a casa dos seguranças do Governador foi assaltada - parece piada, mas, não é! É sério! Reagiram, mataram lá um bandido e está colocado isso na imprensa. Se os bandidos estão tendo condições de fazerem isso imaginem as pessoas normais, os cidadãos comuns nas ruas, nas residências aqui no Estado do Paraná: como é que elas ficam, qual é o sentimento de segurança que tem o povo do Paraná?

Reiterando nosso pedido, é para que o Coronel Aramis agilize a entrega dessas informações aqui para a Assembleia Legislativa. O Governo Requião, infelizmente, deixou a segurança muito ruim no Estado do Paraná. O novo Governador até tem feito um esforço e reconhecemos, para melhorar a segurança. Mas o tempo é muito curto. O próprio Governador atual, já está sentindo a dificuldade em perceber como está ruim a Segurança aqui no Estado do Paraná. Se está faltando dinheiro no orçamento é porque o próprio Governador Requião retirou do orçamento - R\$ 170 milhões do orçamento da Segurança Pública. Retirou dessa pasta. Estamos no ano de 2010, no ano de 2009 ele investiu na Segurança Pública 170 milhões a mais e este ano são 170 milhões a menos que estão sendo investidos em Segurança Pública. E por isso até a casa dos seguranças do Governador está sendo assaltada! Falamos isso com tristeza porque é um assunto que temos cobrado constantemente.

A minha região em especial Campo Mourão e os Municípios que dela fazem parte, lá no Município de

Campina da Lagoa, o promotor teve que entrar na Justiça e lutar para que a Justiça conseguisse fazer o Governador colocar delegados e policiais lá na região. Vai conversar com a população, e a população vê uma notícia dessas que até os seguranças do Governador estão sendo assaltados, naturalmente que a população fica amedrontada.

Então, nosso pedido, aqui, reiterando para que o Coronel responda os nossos questionamentos, Aramis Linhares Serpa o novo Secretário da Segurança, que a própria Justiça já está colocando multa diária de R\$ 500 e ele pediu um prazo de 15 dias. Vamos conceder mais esse prazo, claro que agora não sou eu que concedo, é a Justiça. Mas, com certeza, a Justiça vai conceder esse prazo de mais 15 dias, o que nos importa é que a resposta chegue e ao chegar essa resposta vamos divulgar a situação real da Segurança Pública no Paraná, que também é uma incógnita.

Por último três assuntos que chegaram em nossas mãos a pedido das Lideranças da região. Hoje, estive conosco o Prefeito de Araruna - o Mino Bonato, o Vice-Prefeito Renato Toaldo e também o Vereador Natanael. Eles fazem várias reivindicações e dentre elas quero deixar aqui um pedido de propor à Secretaria de Estado dos Transportes a execução de operação tapa-buracos na rodovia PR-567 que é no trecho compreendido entre o Município de Araruna e o trevo - na PR- 323. Essas informações é operação tapa-buraco urgente naquele trecho, pintura de faixas e sinalização adequada, aumento de acostamento em trechos perigosos. Isso foi pedido pela Câmara de Vereadores de Araruna e também do Prefeito e Vice-Prefeito.

Também chega em nossos mãos, do Município de Moreira Sales através do Vereador Zé Pretinho e as lideranças, propõem a Secretaria de Estado de Transporte a execução de operação tapa-buracos na rodovia PR-468, no trecho compreendido entre o trevo BR-272 e da PR-479, passando pelo Município de Moreira Sales e o Distrito de Paraná do Oeste, é para a Secretaria de Transportes melhorar as rodovias do Paraná.

Por último também o pedido das lideranças do Município de Guairacá: requer que se destine atenção especial na rede elétrica até a comunidade denominada Acampamento Nova Esperança. Pedido do Vereador Mello.

Para concluir, são indicações que nos chegam pelas lideranças e estamos protocolando os pedidos, se for a voto, que todos os Deputados possam votar aprovando, que é a forma que temos de ficar trabalhando e cobrando, trazendo as reivindicações da nossa região. Assim, esperamos estar contribuindo com o Estado do Paraná e também de uma certa forma ajudando o Governo do Estado, mostrando aquilo que precisa melhorar.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Democratas, Bloco PTB/PR, Bloco PSB/PRB/PV, PT, PSDB, PDT, PMDB.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, passei a V. Exa. um pedido e, V. Exa. não deu nenhuma resposta sobre a questão da URV dos funcionários. Queria pedir a V. Exa. que pelo menos dissesse uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. me mandou um requerimento. Não tenho dúvidas, Deputado, V. Exa. tem sido um Deputado muito atuante nesta briga pela URV. Não tenho dúvidas que com a reformulação que passa o nosso Parlamento, nós da Mesa já discutimos várias vezes isso, tão logo tenhamos esse reenquadramento, tenhamos o nosso quadro de organograma pronto, já preparado para o futuro os concursos públicos, não tenho dúvidas que V. Exa. não eu, é que vai marcar esse gol.

Com a palavra o Líder da Oposição. Liderança do Governo.

(Declinam)

### **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Duílio Genari, constante do expediente, comunicando a ausência da Deputada Cida Borghetti, na Sessão Ordinária do dia 11 de maio do corrente ano, em razão de viagem a Brasília, para participar de reunião da Comissão Parlamentar de Colaboração Brasil-Itália. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 081/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Secretário de Estado dos Transportes, a implantação de redutores de velocidade na Rodovia PR-082 no trecho de acesso ao Município de Fênix e Barbosa Ferraz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 082/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Secretário de Estado dos Transportes, a execução de operação tapa-buracos na Rodovia PR-468 no trecho compreendido entre o trevo na BR-272 e o trevo na PR-479, passando pelo Município de Moreira Sales e Distrito de Paraná do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 083/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Diretor de Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a atenção especial à necessidade de expansão da

rede elétrica até a Comunidade Acampamento Nova Esperança, no Município de Guairacá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 084/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Secretário de Estado dos Transportes, a execução de operação tapa-buracos na rodovia PR-567 no trecho compreendido entre o Município de Araruna e o trevo na PR-323. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 085/10, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, sugerindo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes e ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a implantação de um Posto Policial Rodoviário na PR-423, no trecho que liga o Município de Araucária ao de Campo Largo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Jonas Guimarães e Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1494, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária realizada no dia 10 de maio do corrente ano, em virtude das comemorações do aniversário da Cidade de Maringá. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1479, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, reque-rendo que seja marcado Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Conforme nós já havíamos noticiado o objetivo seria de aprovarmos os dois projetos que votamos ontem na data de hoje para o mais rápido possível o encaminharmos a sanção de S. Exa. o Governador Orlando Pessuti.

### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **Redação Final**

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 170/10, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública a Organização não Governamental Saúde Esporte, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 034/10, de 12/04/10, em Projetos de Lei).**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 173/10, de autoria dos Deputados Wilson Quinteiro, Enio Verri, Luiz Nishimori, Cida Borghetti e Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Sociedade Eticamente Responsável - SER, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 173/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Eticamente Responsável - SER, cm sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10/05/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KETO - Rerator

**3ª Discussão****ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/10, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação Marbrasil, com sede e foro no Município de Pontal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/10, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Aluguel do Município de Santa Helena, Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Santa Helena. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/10, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, disciplina as regras para a contratação de servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. SUBEMENDA DA CCJ AO SUBSTITUTIVO GERAL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação as emendas aprovadas em segunda discussão. **Aprovadas.**

Em votação o projeto na forma do Substitutivo. **Aprovado.**

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/10, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, regula os anexos IV e V da Lei nº 16390/10, que se constituem em gratificação aos servidores do quadro efetivo da Assembleia Legislativa do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação emendas aprovadas em segunda discussão. **Aprovadas.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

**2ª Discussão****ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/10, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Fundação Vilela Batista, com sede e foro no Município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

**Aprovada a emenda.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/10, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de utilidade pública estadual a União das Mulheres Líderes Comunitárias de Curitiba - UMULIC, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Conservatório Dramático Musical Maestro Paulino Martins Alves, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 027/10, de 29/03/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 132/10

P A R E C E R :

**Prêmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo declarar de utilidade

pública a Associação de Pais e Mestres do Conservatório Dramático Musical Maestro Paulino Martins Alves, com sede e foro no Município de Ponta Grossa/PR.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão e se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

#### **Conclusão**

Assim, de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 17/04/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/10, de autoria do Deputado Dr. Batista, declara de utilidade pública o Lar da Criança Recanto do Amor - LARCRA, com sede e foro no Município de Sarandi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 039/10, de 26/04/10, em Projetos de Lei).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 191/10

#### **P A R E C E R :**

#### **Prêmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar da Criança Recanto do Amor - LARCRA, com sede e foro no Município de Sarandi/PR.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão e se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Porém, verifica-se que a nomenclatura utilizada pela proposta legislativa está incorreta e, por conseguinte, sugerimos a emenda modificativa em anexo, a fim de sanar tal irregularidade.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei, em conformidade à emenda que se segue.

Sala das Comissões, em 05/05/10.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 191/10

Sugerindo-se a presente alteração, com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, para que o texto da proposta legislativa passe a ser o seguinte:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Lar da Criança Recanto do Amor - LARCRA, com sede e foro no Município de Sarandi.

Sala das Comissões, 05/05/10.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **Requerimentos**

##### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1449, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **À Presidência, para providências.**

Requerimentos nºs 1451 a 1469, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1470 de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1471 a 1474, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1475 e 1476, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1480 de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1486 e 1493, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1487 e 1488, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Comissão Executiva.

Requerimentos nºs 1490 e 1491, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1492 de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1495 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente,

conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado  
Luiz Claudio Romanelli, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 147 e  
197/10 e do Projeto de Resolução nº 013/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/10.

1ª DISCUSSÃO dos Projetos de Lei nºs 107/08 e 610/09.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-  
feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 153, 171 e  
197/10.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 119 e 191/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 107/08, 619/09  
e 132/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/10.

Levanta-se a Sessão.



## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 048**

### **2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>30</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>30</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>30</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	

Redação Final .....	31
---------------------	----

2ª Discussão .....	36
--------------------	----

1ª Discussão .....	36
--------------------	----

<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>41</b>
-------------------------------------	-----------

#### **Publicações:**

Presidência:

Protocolo 5298.....	41
---------------------	----

Diretoria Geral

Portarias .....	42
-----------------	----

### **DIÁRIO Nº 048**

### **2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Stephanes Júnior e Duílio Genari.

#### **Presenças:**

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Pedro Ivo, Plauto Miró,

Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Wilson Quinteiro (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Nelson Garcia, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello e Wal-dyr Pugliesi (08).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Caíto Quintana (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

#### **Abertura da Sessão:**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Estou analisando a redação final, sabemos que o Projeto de Lei nº 197/10 recebeu cinco emendas além da subemenda substitutiva. E vejo pela redação final que foi distribuída, que contem imprecisões das emendas que foram votadas em Plenário. Até para que nós não possamos incorrer em erro, solicito a retirada por uma Sessão para que possa ser revista a redação final e, possa ser votada amanhã de acordo com o que foi votado aqui pelo Plenário. Talvez o prazo de ontem para hoje não foi pos-

sível de se fazer a redação final correta. Peço que seja adiada por uma Sessão para se corrigir a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pergunto aos Srs. Deputados se concordam, porque o que queremos é que efetivamente a emenda esteja correta e a redação final de acordo com o que foi votado. Podemos retirar da pauta hoje e votamos amanhã. A redação final tem que ficar de acordo com o que foi votado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Realmente, falta alguma coisa do que foi apresentado ontem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Podemos até consertar a redação final, mas concordo com o Deputado Romanelli.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Consertar a redação final de acordo com as emendas que foram apresentadas ontem em Plenário. Iria sugerir isso que votemos a redação final de acordo e que seja corrigido de acordo com as emendas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sou defensor do processo Legislativo e mais do que isso, do princípio da legalidade estrita. Temos aqui o seguinte: queria votar em segunda discussão, para poder resolver de uma vez por todas em redação final. Esperava que tivesse vindo da Diretoria Legislativa o texto exatamente incorporando o substitutivo geral, a subemenda que foi votada pelo Plenário e as cinco emendas que foram votadas aqui.

Não é isso que contempla a redação final. A redação final tem que ser o espelho, o extrato final do que foi votado pelo Plenário da Assembleia Legislativa. E nesse aspecto é que peço a retirada por uma Sessão, transferindo para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não vejo dificuldade alguma em que votemos a redação final desse Projeto nº 197/10 na tarde de amanhã.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há expediente a ser lido, e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente, nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 147/10, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança de Reserva do Iguaçu - CONSERVI, com sede no Município de Reserva do Iguaçu e foro no Município de Pinhão. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/10, de 05/05/10 em Projetos de Lei).**

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 197/10, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, que disciplina as regras para a contratação de servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. **Adiada a votação, para revisão final.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 197/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A presente lei tem o escopo de regular os requisitos para escolha e nomeação dos servidores para cargos de provimento em comissão, dos quadros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como regular a forma pela qual se dará o provimento (nomeação, posse e exercício) dos referidos cargos e servidores.

Art. 2º Para os efeitos dessa lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor, seja qual for a forma de provimento.

#### **Do Provimento**

Art. 4º São requisitos básicos para investidura em cargo de provimento em comissão dos quadros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

I - indicação formal da autoridade competente do setor ou gabinete;

II - a nacionalidade brasileira;

III - o gozo dos direitos políticos;

IV - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

V - o nível de escolaridade compatível com as atribuições do cargo;

VI - a idade mínima de dezoito anos;

VII - aptidão física para o cargo;

VIII - comprovação de regularidade fiscal;

IX - apresentação de certidões de antecedentes criminais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Art. 5º O provimento dos cargos em comissão far-se-á mediante ato editado e firmado em conjunto do Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, na qualidade de integrantes da Comissão Executiva.

Art. 6º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse, mediante outorga legitimamente assinada pela Comissão Executiva e pelo Diretor Geral da Casa.

Parágrafo Único. A solenidade de posse, a ser efetivada perante o Diretor Geral, poderá ser regulamentada mediante Ato da Comissão Executiva.

Art. 7º Os cargos de provimento em comissão serão providos mediante:

I - nomeação;

II - movimentação funcional.

#### Da Nomeação

Art. 8º A nomeação é o ato pelo qual determinada pessoa é designada para titularizar cargo público, de provimento em comissão.

§ 1º A nomeação para cargo de provimento em comissão pode ser interino.

§ 2º O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de provimento em comissão, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

#### Da Movimentação Funcional

Art. 9º Considerando que os cargos de provimento em comissão existentes no quadro estão estabelecidos pela Lei nº 16390/10, temos que a movimentação funcional, se dará nos termos impostos pelo artigo 26, parágrafo único da lei acima referida, e ainda, conforme Ato da Comissão Executiva que o regulamentar.

#### Da Posse e do Exercício

Art. 10. A posse é o ato que completa o ato de investidura em cargo público.

§ 1º A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado.

§ 2º A posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento (nomeação).

§ 3º Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de nomeação, em qualquer das licenças previstas na Constituição Estadual, ou na Lei nº

6174/70, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 4º Somente haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5º No ato da posse, o servidor apresentará recibo das informações prestadas à Receita Federal, que se constituem em relações de bens e valores componentes de seu patrimônio, bem como declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública que possa gerar qualquer tipo de impedimento, nos termos da Lei Federal nº 8429/92.

I - A declaração prevista no parágrafo 5º do presente artigo, deverá ser atualizada anualmente.

§ 6º Deverão ainda, os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, quando da sua nomeação, apresentar declaração de que não possuem vínculo de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do STF, com superiores hierárquicos aos quais estejam diretamente vinculados, que detenham prerrogativa de contratação na Casa, cargo de direção ou mandato parlamentar.

I - Inclue-se na vedação do parágrafo 6º acima, a manutenção do servidor em outro cargo, no qual não exista subordinação hierárquica com o seu superior ou com quem mantém vínculo familiar não pode restar caracterizado, também, não podendo ficar evidente a reciprocidade de contratações, em formato conhecido como nepotismo cruzado.

§ 7º O Departamento de Pessoal velará pela conferência dos dados pessoais dos contratados.

§ 8º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 11. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo Único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 12. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo de provimento em comissão ou da função de confiança.

§ 1º É de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo de provimento em comissão entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo de provimento em comissão, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, salvo exceções previstas no parágrafo 2º do artigo 11 desta resolução.

§ 3º À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

Art. 13. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados na ficha funcional do servidor.



§1º Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários à sua ficha funcional.

§ 2º A apresentação dos elementos mencionados no parágrafo anterior é dispensada aos servidores e funcionários contratados para os cargos de provimento em comissão, nos termos da Lei nº 16390/10, que já tenham efetivado o cadastramento funcional.

Art. 14. A movimentação funcional não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento a partir da data do protocolo do pedido de movimentação, se julgado procedente.

Art. 15. As atividades de representação do Parlamento, junto à sociedade, são consideradas extensões dos respectivos gabinetes parlamentares a fim de proporcionar a otimização do trabalho parlamentar, em especial ao atendimento da população interessada.

§ 1º Entende-se como extensão do gabinete parlamentar a projeção deste fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em escritório ou Município onde ocorra atuação dos assessores ou secretários parlamentares a serviço do Poder Legislativo, uma vez que este Poder tem abrangência estadual.

§ 2º Dentre as atribuições dos servidores mencionados no parágrafo anterior, tem-se:

a) representar o Parlamento em eventos realizados por instituições públicas ou privadas, sempre buscando aperfeiçoar os mecanismos de participação da sociedade no processo legislativo;

b) levantamento de informações e dados quanto às comunidades locais, que possam auxiliar o Parlamento na definição de estratégias de atuação e na edição de leis orientadas à satisfação de interesse público;

c) realizar reuniões periódicas com as lideranças comunitárias de localidade indicadas, objetivando colher sugestões para a atuação parlamentar.

§ 3º Os servidores incumbidos das atribuições descritas no parágrafo anterior, deverão apresentar relatórios mensais de atividades em formulários disponibilizados através do Portal da Transparência.

§ 4º Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, lotados na administração, na Presidência, na 1ª Secretaria, na 2ª Secretaria, não poderão exercer suas funções, nos termos do parágrafos 1º e 2º do presente artigo.

§ 5º Não poderão ser nomeados como servidores em cargos comissionados na esfera do Poder Legislativo Estadual, os detentores de mandatos eletivos.

§ 6º Fica vedada a acumulação de cargos, ainda que na esfera privada, quando da ocorrência de encargos de sócio-administrador de empresa.

Art. 16. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos res-

pectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas.

Parágrafo Único. O servidor poderá optar pela jornada de 20 (vinte) horas semanais, sem dedicação exclusiva, com a consequente redução remuneratória de agente político ou em leis especiais.

#### Da Vacância

Art. 17. A vacância do cargo de provimento em comissão decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - aposentadoria;
- III - posse em outro cargo inacumulável;
- IV - falecimento.

Art. 18. A exoneração de cargo de provimento em comissão dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor;
- III - ao final de cada legislatura.

#### Da Remoção e da Redistribuição

Art. 19. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, de um ou outro órgão ou unidade administrativa, com ou sem mudança de sede.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

- I - de ofício, no interesse do Poder Legislativo Estadual;
- II - a pedido, a critério do Poder Legislativo Estadual;

§ 2º Ficam vedadas a cessão ou disposição funcional dos servidores ocupantes de cargos em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 3º É facultada a permuta de cargos, dentro daqueles regulados pela Lei nº 16390/10, ressalvado o valor total previsto para cada órgão.

§ 4º Os servidores designados para as atividades descritas na forma do parágrafo 2º, em data anterior a promulgação da presente lei, passam a ter seu exercício regulado pela presente norma.

#### Da Substituição

Art. 20. Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no Regimento Interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 1º O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de natureza especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses

em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

§ 2º O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a 30 dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

Dos limites remuneratórios dos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão

Art. 21. Os servidores nomeados nos termos da Lei nº 16390/10, sujeitam-se aos seguintes limites remuneratórios:

I - a remuneração dos ocupantes de cargos de provimento em comissão dos quadros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, incluídas as vantagens pessoais, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Deputados Estaduais.

II - Os servidores que não detenham nível de escolaridade superior (nível universitário), não poderão perceber salário superior a 85% (oitenta e cinco por cento) do teto remuneratório descrito no inciso anterior.

#### Das Disposições Finais

Art. 22. Os servidores ocupantes de cargo em comissão até 30/04/10, não têm quaisquer direitos adquiridos no que tange a valores remuneratórios percebidos até então, ou quaisquer outras vantagens pessoais que porventura lhes fossem pagas, tendo em vista as novas nomenclaturas impostas pela Lei nº 16390/10.

Art. 23. Os servidores albergados pela situação retratada no artigo anterior, não possuem também, direito a vinculação de órgãos ou repartições anteriormente ocupadas, podendo ser aproveitados em outros órgãos, conforme interesse da Administração da Casa.

Art. 24. O pagamento de gratificações a servidores, nos termos da Legislação anterior à vigente, não vincula a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em nenhuma hipótese, seja em valores, percentuais, ou número de gratificações.

Art. 25. A locação dos servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão, deverá atender estritamente ao quanto disposto na Lei nº 16390/10, excetuados os casos de remoção, conforme disciplinado na presente lei.

Art. 26. Tendo em vista a natureza jurídica dos cargos de provimento em comissão, os servidores pertencentes aos Quadros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná até 30/04/10, não terão direito a quaisquer indenizações,

senão a percepção de gratificação de férias e 13º, na forma da lei.

§ 1º Os servidores contratados a partir de 01/05/10, que tenham efetivado seu cadastramento, não farão jus às verbas acima descritas, tendo em vista o enquadramento funcional, nos termos da Lei nº 16390/10.

§ 2º Os documentos requeridos no parágrafo 5º do artigo 10, bem como no artigo 11, da presente lei, tem sua apresentação dispensada aos servidores e funcionários nomeados para os cargos de provimento em comissão, nos termos da Lei nº 16390/10, que já tenham efetivada o cadastramento funcional.

Art. 27. No prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, concluirá o plano de reestruturação administrativa, necessário à adequação de seu funcionamento.

Parágrafo Único. No prazo máximo de 01 (um) ano, contado da conclusão da reestruturação administrativa prevista no *caput* do presente artigo, o Poder Legislativo editará lei transformando, quando necessário, cargos de provimento em comissão, em cargos de provimento efetivo, e realizará concurso público, para provimento dos cargos vagos.

Art. 28. Aplica-se, subsidiariamente, no que couber, os dispositivos da Lei nº 6174/70, que colidam com o quanto disciplinado na presente lei.

Art. 29. Fica revogada a Lei nº 7098/79.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 31. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11/04/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 013/10, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, que regulamenta os Anexos IV e V da Lei nº 16390/10, que se constituem em gratificação aos servidores do Quadro Efetivo da Assembleia Legislativa do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º A gratificação regulamentada pela presente resolução destina-se à contra prestação pelo exercício meritório de cargo pertencente ao quadro efetivo do

Poder Legislativo Estadual, denominada gratificação de apoio, conforme exposto no Anexo IV da Lei nº 16390/10.

I - O pagamento da gratificação mencionada no *caput* do presente artigo se destina aos servidores efetivos e estáveis que desempenhem encargos de assessoramento à administração da Assembleia Legislativa do Estado, nos valores constantes do Anexo I, do presente ato da Comissão Executiva, conforme enquadramento simbólico e referencial, das referidas correspondências, nos termos do Anexo II da Lei nº 16390/10.

§ 1º Considera-se apoio para os fins previsto no presente ato, as atividades desenvolvidas perante órgãos responsáveis pela administração da Casa, Comissões, Diretorias, Lideranças, e outros órgãos responsáveis e vitais à manutenção das atividades do Poder Legislativo Estadual, bem como as do caráter político, eis que função precípua da Casa.

§ 2º O pagamento da referida gratificação depende de atestado de merecimento, fornecido pelo chefe do setor, ou gabinete, onde estiver lotado o servidor efetivo, no que tange às atividades por ele desenvolvidas, de acordo com o quanto disciplinado no presente ato.

Art. 2º Para a concessão da gratificação de apoio, os servidores beneficiados deverão atender aos seguintes requisitos, de forma cumulativa:

I - Jornada de trabalho igual ou superior a 40 (quarenta) horas semanais;

§ 1º Os servidores que possuam jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, deverão sujeitar-se a jornada igual a 40 (quarenta) horas semanais, no mínimo, para a concessão da presente gratificação;

§ 2º A submissão à jornada de trabalho referida no inciso I, será atestada pelo superior hierárquico do servidor, ou pelo setor competente, conforme regramento imposto pelo setor de pessoal;

II - Avaliação de desempenho satisfatório, atestado pelo superior hierárquico;

§ 1º A avaliação de desempenho será efetuada nos moldes impostos pela Lei nº 6174/70, e deverá compreender ao menos, a verificação acerca da eficiência funcional, onde é compreendida a capacidade técnica, o respeito para com a população atendida, a economicidade de materiais e a responsabilidade e estrito cumprimento com relação a resultados e prazos.

§ 2º O desempenho satisfatório também poderá ser atestado com base na sugestão, por parte do servidor efetivo, que traga mais eficiência, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 3º A abertura de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares contra os servidores beneficiados pela presente gratificação importa em automática suspensão da mesma.

§ 4º A responsabilização de servidores, mediante sindicância ou processo administrativo, distinta da adver-

tência, importa na perda da gratificação concedida e regulada pela presente resolução.

III - Assiduidade;

§ 1º Para habilitar-se à concessão da presente gratificação, o servidor efetivo não poderá contar com mais de 1 (uma) falta injustificada por mês;

§ 2º O servidor beneficiado com a presente gratificação que tiver faltas em número superior ao mencionado no parágrafo anterior terá suspensa sua gratificação, no mês da ocorrência das faltas injustificadas.

§ 3º Caso o servidor incorra na conduta descrita no parágrafo anterior por 3 (três) vezes ou mais, durante um mesmo ano, perderá o direito a gratificação atribuída na presente resolução, sendo-lhes facultada a nova concessão apenas após 12 (doze) meses.

Art. 3º Os atos de concessão, previsto neste ato dependerão de prévia autorização da Diretoria Geral.

Parágrafo Único. A gratificação será paga em valor fixo, conforme enquadramento do servidor efetivo, e passará a surtir efeitos a partir da data de comunicação à Diretoria Geral, mediante utilização de formulário padrão (Anexo II).

Art. 4º A gratificação de apoio possui natureza transitória e não compõe a base de cálculo para fins previdenciários.

Parágrafo Único. Os valores percebidos em razão do disposto nesta resolução não são incorporáveis para nenhum efeito, nem poderão servir de cálculo para concessão de quaisquer outras vantagens.

Art. 5º A gratificação referida na presente resolução será devida ao servidor efetivo alocado na respectiva unidade do Poder, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado, disponibilidade do cargo ou função e disponibilidade funcional.

Art. 6º A Diretoria de Pessoal e a Diretoria de Administração velarão pela fiel execução do disposto nesta resolução, providenciando, nos casos de descumprimento destas normas, a aplicação das penalidades previstas em lei.

Art. 7º A fim de atender aos princípios impostos à administração pública em geral, o Anexo I da presente resolução passa a contemplar as classes não albergadas pelo Anexo IV da Lei nº 16390/10, com base na equidade e proporcionalidade.

Art. 8º O Anexo V da Lei nº 16390/10, passa a vigorar como substitutivo do Anexo V da Resolução nº 007/04, a fim de atualizar os valores pecuniários referentes às correspondências simbólicas dos cargos componentes do quadro efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os servidores estáveis do Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, portadores do diploma superior, terão os mesmos direitos dos servidores referidos no parágrafo 3º do artigo 1º da Resolução nº 009/05.

Art. 9º Ato competente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná poderá disciplinar outras formas de incentivar a efetividade dos servidores pertencentes ao quadro efetivo e estável da Casa.

Art. 10. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11/05/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

## 2ª Discussão

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/10, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública o Lar da Criança Recanto do Amor - LARCRA, com sede e foro no Município de Sarandi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

## 1ª Discussão

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/08, de autoria do Deputado Pedro Ivo, disciplina o plantio de espécies florestais exóticas de grande porte como pinus e eucalipto em áreas lindeiras. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. **Aprovada. (Publ. no DA nº 023/08, de 25/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 107/08

P A R E C E R :

#### Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 107/08, de autoria do Deputado Pedro Ivo, tem por escopo disciplinar o plantio de espécies vegetais exóticas de grande porte em propriedades particulares e públicas devendo obedecer a legislação ambiental em vigor.

O plantio destas espécies florestais deverá ocorrer em áreas de divisa e respeitada uma distância mínima de 10 (dez) metros entre o término do plantio e a linha divisória dos imóveis, salvo anuência expressa do proprietário do imóvel. A não observância da distância regulamentar pelo proprietário da área reflorestada ensejará a aplicação de multa diária ao mesmo pelo órgão ambiental competente, mediante reclamação por escrito do proprietário do imóvel afetado.

Em 07/05/09, a Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou ofício ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o qual manifestou favorável em relação a matéria do presente projeto.

#### Competência e previsão legal

Sobre o primeiro aspecto, vislumbra-se que os Estados detém de competência concorrente para legislar sobre a matéria apresentada, conforme artigo 24, inciso VI da Constituição Federal, vez que, disciplina o plantio de espécies florestais, protegendo o meio ambiente e controlando a população no Estado do Paraná, que é bem do Estado, conforme descrito no artigo 26, inciso I e IV da Carta Magna.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição; (grifo nosso).

Art. 26 Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; (grifo nosso)

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

No que concerne à competência legislativa, resguarda total prerrogativa da legitimidade estadual para legislar acerca da matéria apresentada, assegurada pela Constituição Federal.

Todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações. Incumbindo o Poder Público assegurar a efetividade deste direito, definido pelo artigo 225 *caput* e parágrafo 1º da Constituição Federal e artigo 207, *caput* e parágrafo 1º, incisos da Constituição Estadual.

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

I - estabelecer, com a colaboração de representantes de entidades ecológicas, de trabalhadores, de empresas e das universidades, a política estadual do meio ambiente e instituir o sistema respectivo constituído pelos órgãos do Estado, dos Municípios e do Ministério Público;

II - atribuir, ao órgão responsável pela coordenação do sistema, a execução e fiscalização da política e a gerência do fundo estadual do meio ambiente;

*III - determinar que o fundo estadual do meio ambiente receba, além dos recursos orçamentários próprios, o produto das multas por infrações às normas ambientais;*

Tais regras consagram constitucionalmente o direito a um meio ambiente saudável, equilibrado e íntegro, constituindo sua proteção.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei apresentado não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto lei, apresentado através de prerrogativas e competência administrativa parlamentar do Deputado Pedro Ivo.

#### **Conclusão**

No que concerne à legitimidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade do projeto lei.

Sala das Comissões, em 10/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

#### **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 107/08**

#### **P A R E C E R :**

Chamada esta Comissão Permanente a opinar sobre o Projeto de Lei nº 107/08, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que disciplina o plantio de espécies vegetais exóticas de grande porte como pinus e eucalipto em áreas lindeiras, constatamos que o mesmo complementa a legislação em vigor, contribuindo para a conservação ambiental em nosso Estado.

Tendo em vista a pretensão de defesa e preservação do meio ambiente evidenciada no projeto em questão, salvo melhor juízo, somos de parecer favorável ao regular prosseguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 13/04/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/09, que objetiva regulamentar os processos disciplinares da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 134/09, de 04/11/09, em Mensagens).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 619/09**

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

A proposta legislativa visa aperfeiçoar o processo disciplinar da Polícia Militar - dando ênfase aos princí-

pios da hierarquia e disciplina - bem como assegurar o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Ademais, sustenta o proponente que as leis em vigor estão em descompasso à modernidade do ordenamento administrativo disciplinar, sendo imperiosa a implementação de novas medidas.

#### **Fundamentação**

Primeiramente, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em conformidade ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná<sup>1</sup>, a análise acerca da constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, da legitimidade do proponente e, por fim, da técnica legislativa ora utilizada.

Consoante o disposto na Constituição Federal, a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos<sup>2</sup>, “a ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sem, contudo, reprimir-se abusiva e inconstitucionalmente a livre manifestação de pensamento<sup>3</sup>”.

É desempenhada, pois, pela Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Científica. Ressalte-se que a Polícia Militar, abrangida no presente projeto de lei, é instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, à qual compete a Polícia ostensiva. Outrossim, subordina-se ao Chefe do Poder Executivo Estadual<sup>4</sup>.

Por conseguinte, vislumbra-se que a iniciativa privativa para legislar quanto à organização da Polícia Militar é conferida ao Governador do Estado, de acordo com o disposto no artigo 66 da CE<sup>5</sup>.

Desta feita, o nobre proponente detém legitimidade legislativa, ao intentar regulamentar o processo administrativo disciplinar, aplicado aos integrantes da Polícia Militar Estadual, eis lhe ser atribuída, de modo privativo e constitucionalmente, tal competência.

Neste sentido, destaque-se o sustentado pelo Supremo Tribunal Federal: “O Pleno desta Corte pacifi-

1. Art. 33, Regimento Interno. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica: § 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...).

2. Art. 144, *caput*, da Constituição Federal.

3. MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 1764.

4. Art. 49, *caput*, CE. A Polícia Militar (...) e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.

5. Art. 66, CE. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: III - organização (...) das Polícias Civil e Militar.

cou jurisprudência no sentido de que os Estados-membros devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixadas constitucionalmente. A gestão da Segurança Pública, como parte integrante da Administração Pública, é atribuição privativa do Governador de Estado.” (ADI nº 2819, Rel. Ministro Eros Grau, julgamento em 06/04/05, publicado em 02/12/05).

Impende salientar que as Leis Estaduais nºs 8115/85 e 6961/77 já regulamentavam, respectivamente, o Conselho de Justificação, destinado a julgar a incapacidade de Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná, e o Conselho de Justificativa de referido órgão.

Todavia, o projeto de lei, ora apresentado, visa revogá-las, em conformidade à cláusula revogatória constante em seu artigo 52, fazendo vigor, consequentemente, processo disciplinar atualizado e adequado às atuais exigências, posto dispor, em um mesmo texto normativo, as regras aplicáveis à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Destarte, a fim de adequar esta propositura à melhor técnica legislativa, bem como aos fins a que é aplicável o presente projeto de lei, sugere-se a emenda modificativa em anexo.

Por fim, observa-se que a presente proposta de lei está adequada às disposições constantes na Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade do projeto apresentado, esta comissão opina por sua aprovação na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 06/04/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 619/09**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º O artigo 3º, parágrafo 1º do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, passa a contar com a seguinte redação:

“§ 1º Caberá ao Comandante-Geral, mediante portaria, a nomeação do militar estadual que irá presidir os trabalhos afetos ao processo administrativo disciplinar, bem como o seu saneamento antes da remessa ao conselho da PMPR.”

Art. 2º O artigo 5º do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 5º Será submetido a processo administrativo disciplinar o militar estadual que:

I - encontrando-se no comportamento mau, cometer nova falta disciplinar de natureza grave definida em lei;

II - for acusado oficialmente, por qualquer meio lícito, de ter:

a) procedido incorretamente no desempenho do cargo ou função institucional;

b) tido conduta irregular ou cometa ato que por sua natureza venha a denegrir a imagem da Corporação;

c) praticando ato que afete a honra pessoal, o pun-donor militar ou o decoro da classe;

III - for afastado preventivamente, mediante decisão motivada e fundamentada, do cargo ou função, na forma da legislação institucional, por se tornar incompatível com os mesmos, salvo se o afastamento for decorrente de fatos que motivaram sua submissão a processo;

IV - demonstrar incapacidade profissional para o exercício de atribuições institucionais em razão de reiteradas punições disciplinares de natureza grave;

V - for condenado por crime comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, com trânsito em julgado;

VI - reprovado na avaliação periódica de desempenho das atribuições institucionais regulada por ato do Comandante-Geral;

VII - se aspirante a oficial, cadete ou soldado-de-segunda-classe, for considerado inapto, no período de formação, no estágio probatório ou na avaliação de desempenho das atribuições institucionais regulada por ato do Comandante-Geral;

VIII - integrar partido político ou associação que atende contra a estabilidade das instituições democráticas, ou que esteja suspenso ou dissolvido por força de disposição legal ou decisão judicial.

§ 1º Para os efeitos desta lei, compreende-se:

I - por ato que afete a honra pessoal, o pun-donor militar ou o decoro da classe, a inobservância de quaisquer dos preceitos atinentes aos valores, à moral e à ética militar, definidos em lei;

II - por procedimento incorreto no desempenho de atribuições institucionais, a inobservância dos deveres e obrigações militares, especificados em legislação específica;

III - por conduta irregular, a prática de ato que venha a afetar a hierarquia e disciplina militar;

§ 2º No estágio probatório e no período de formação serão considerados, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais, os seguintes critérios:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - dedicação ao trabalho;

VI - idoneidade moral;

VII - responsabilidade;

VIII - capacidade técnica;

IX - eficiência;

X - observância das normas hierárquicas e da ética militar;

§ 3º O militar estadual reprovado no estágio probatório ou considerado inapto, no período de formação, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais será, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

§ 4º A decisão pela abertura de processo administrativo disciplinar deverá ser feita mediante despacho motivado e fundamentado pelo Comandante-Geral, publicado em boletim, com base em autos de sindicância, inquérito policial comum ou militar, formulário de apuração de transgressão da disciplina militar ou de outros processos ou procedimentos, todos devidamente concluídos e solucionados pela autoridade competente.”

Art. 3º O artigo 6º do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 6º No processo administrativo disciplinar serão assegurados ao acusado a ampla defesa e o contraditório, com os meios e recursos a eles inerentes.

Parágrafo Único. O processo administrativo disciplinar admite apenas a apresentação de defesa por escrito e nos prazos definidos nesta lei; perante o Conselho da PMPR é admitida a defesa oral na sessão de julgamento.

Art. 4º O artigo 8º do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 8º Ao militar estadual é assegurado o prazo de cinco dias úteis, a fim de apresentar defesa prévia e de oito dias úteis destinados à defesa final.

§ 1º Se ao processo responderem mais de cinco acusados e diferentes forem os advogados, o prazo de vista para defesa final será de 12 dias úteis, correndo em cartório e em comum para todos.

(...)

§ 5º Os prazos concedidos ao acusado e seu defensor para defesa serão excluídos da contagem de prazo para conclusão do processo pela administração.

§ 6º Em caráter excepcional e a critério da autoridade que preside o processo, e desde que não haja comprometimento à eficácia e à oportunidade da ação disciplinar, o prazo para apresentação das razões de defesa poderá ser prorrogado, mediante pedido fundamentado do acusado ou seu defensor, pelo período que se fizer necessário.”

Art. 5º O parágrafo 3º do artigo 9º do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, passa a contar com a seguinte redação:

“§ 3º Somente poderá ser objeto de acusação no mesmo processo fatos que apresentem entre si conexão ou continência.”

Art. 6º Os artigos 17 à artigo 31 do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo passam a contar com a seguinte redação:

## Capítulo VII

### Dos Procedimentos e do Funcionamento

“Art. 17. O processo administrativo disciplinar terá como local a sede da Organização Militar da área onde ocorreu o fato a ser apurado, ou outro local determinado pelo presidente, considerado mais conveniente para a instrução do processo e exercício do direito de defesa pelo acusado.

Art. 18. Recebida a portaria de nomeação, no prazo de três dias úteis, o presidente do processo administrativo disciplinar deverá instaurar o feito, providenciando-se em seguida:

I - a nomeação do escrivão;

II - a confecção do libelo acusatório;

III - a citação do acusado, na pessoa de seu Diretor, Comandante ou Chefe imediato, se da ativa ou por intermédio do Diretor de Pessoal quando inativo, com designação de dia, hora e local para comparecimento, devidamente acompanhado de seu defensor para ser cientificado do que consta nos autos e da instauração do processo.

§ 1º Na primeira sessão, designada no mandado de citação, deverá ser entregue ao acusado a segunda via do libelo acusatório, com a respectiva contra-fé na primeira via, bem como realizada a leitura dos autos.

§ 2º Após a entrega do libelo acusatório deverá ser aberto o prazo para a defesa prévia do acusado.

Art. 19. Recebida a defesa prévia do acusado, passa-se a instituir o processo, realizando-se os atos probatórios necessários ao completo esclarecimento do fato.

Art. 20. As questões suscitadas pela defesa deverão ser decididas e comunicadas aos interessados pelo presidente do processo administrativo disciplinar, ou serem remetidas à autoridade superior quando extrapolar sua competência.

Art. 21. As testemunhas arroladas no libelo acusatório serão ouvidas antes das testemunhas arroladas pela defesa, exceto se por conveniência desta for solicitada alteração de ordem.

§ 1º As testemunhas e o ofendido deverão ser noticiados pelo presidente do processo administrativo disciplinar, para comparecerem em dia e hora designados, salvo se se tratar de agente público, circunstância em que a notificação deverá ser encaminhada pela autoridade processante ao respectivo chefe.

§ 2º Após a inquirição da última testemunha de defesa deverá ser realizada a inquirição do acusado.

Art. 22. Após a inquirição do acusado, estando os autos conclusos, o presidente abrirá vista em cartório, por cinco dias corridos, para a defesa requerer, se não o tiver feito, o que for de direito, nos termos desta lei e norma subsidiária, podendo esta fase ser dispensada formalmente pela defesa do acusado.

Art. 23. Encerrada a instrução processual e não existindo questão incidental pendente de solução, o presidente abrirá vistas dos autos para defesa final.

Art. 24. Recebida a defesa final o presidente, levando-se em conta o conjunto probatório carreado para autos, bem como as peças apresentadas pela defesa, deverá elaborar o relatório conclusivo do processo administrativo disciplinar, determinando sua remessa imediata ao Comandante-Geral a quem compete, no prazo de até 30 dias, sanear o processo para posterior remessa ao Conselho da PMPR.

Parágrafo Único. O relatório do processo deverá conter:

I - breve relato da instrução processual, destacando provas colhidas e alegações de defesa;

II - conclusão sobre os fatos, devidamente motivada;

III - manifestação do presidente sobre a procedência ou não das acusações;

IV - no caso de procedência das acusações, parecer sobre a perda das condições de permanência do acusado na ativa ou situação de inatividade em que se encontra.

### **Capítulo VIII**

#### **Do presidente e escrivão**

Art. 25. O presidente do processo administrativo disciplinar será um oficial do serviço ativo superior hierárquico ao acusado ou se do mesmo posto mais antigo.

§ 1º Quando o acusado for soldado de segunda classe ou cadete o presidente será no mínimo um Primeiro-Tenente, quando for praça com estabilidade assegurada ou aspirante a oficial, no mínimo um oficial intermediário e quando for oficial, o presidente será um oficial superior.

§ 2º A designação de escrivão para o processo administrativo disciplinar caberá ao respectivo presidente, se não tiver sido feita pelo Comandante-Geral, recaindo em segundo ou Primeiro-Tenente, se o acusado for oficial, e em Sargento ou Subtenente, nos demais casos.

§ 3º O escrivão deverá prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar suas funções, mantendo a discrição necessária para o bom andamento dos trabalhos.

### **Título VII**

#### **Do Conselho da PMPR**

Art. 26. Fica criado o Conselho da PMPR, com competência exclusiva para:

I - aplicar punições disciplinares de detenção ou prisão disciplinares superiores a 20 dias;

II - julgar os processos administrativos disciplinares a que forem submetidos os policiais militares e bombeiros militares da ativa e os inativos, pertencentes à reserva remunerada e reformados.

Art. 27. Recebidos os autos do processo administrativo disciplinar, estando saneado, será o mesmo relatado por um dos membros do Conselho da PMPR escolhido pelo presidente mediante sorteio.

§ 1º Antes do relator proferir o seu voto, deverá ser aberto o prazo de vista por cinco dias úteis para a defesa do acusado se manifestar.

§ 2º Eventuais produção de provas, determinadas de ofício pelo Conselho ou a requerimento da defesa do acusado, serão realizadas pelo oficial que presidiu o processo administrativo disciplinar, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 28. Estando o processo relatado, observando o seu Regimento Interno, conforme o caso, o Conselho da PMPR decidirá em sessão única de julgamento:

I - o arquivamento do processo;

II - a aplicação da sanção disciplinar;

III - a remessa dos autos à Justiça Militar;

IV - o licenciamento ou a exclusão a bem da disciplina, cominada com a perda da graduação e da função pública e a incapacidade para permanecer na ativa ou na inatividade, quando se tratar de praças;

V - a perda do posto e da patente, cominada com a perda da função pública ou incapacidade para permanecer na inatividade, quando se tratar de oficial;

VI - a reforma.

§ 1º A decisão do conselho será tomada por maioria de votos, sendo facultada por escrito a justificativa de voto vencido.

§ 2º A reforma dar-se-á no posto ou graduação detido na atividade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 3º Os autos do processo administrativo disciplinar serão remetidos ao Órgão de Segunda Instância da Justiça Militar Estadual, nas seguintes situações:

I - aplicação das sanções previstas no inciso V do parágrafo 1º, deste artigo, em função das garantias constitucionais dos oficiais previstas nos incisos VI e VII, do parágrafo 3º, do artigo 142, combinado com o parágrafo 1º do artigo 42 e parágrafo 4º, do artigo 125, da Constituição Federal;

II - aplicação das sanções previstas no inciso IV, do parágrafo 1º, deste artigo, em função das garantias constitucionais das praças graduadas, previstas nos parágrafos 4º, do artigo 125 da Constituição Federal, nos casos exclusivos de instauração do processo motivado por condenação criminal conforme previsto nesta lei.

§ 4º O acusado ou seu defensor, no prazo de 20 dias úteis, contados da intimação da decisão poderá



recorrer ao Governador do Estado da decisão do Conselho da PMPR.

§ 5º Os autos do processo administrativo disciplinar, quando houver recurso ao Governador do Estado, somente serão remetidos ao Órgão de Segunda Instância da Justiça Militar Estadual depois de seu julgamento.

§ 6º O recurso disciplinar, contra decisão do Conselho da PMPR, terá efeitos devolutivos e suspensivo até sua decisão final pela Administração Pública.

§ 7º O acusado e seu defensor serão notificados da data, hora e local de realização da sessão de julgamento, com pelo menos três dias úteis, sendo admitida nesta a sustentação oral das razões de defesa, após a apresentação do relatório e voto do relator.

Art. 29. O Conselho da PMPR será composto por cinco membros efetivos, tendo o Comandante-Geral como Presidente nato, dois Coronéis da ativa e dois civis.

§ 1º Os Coronéis integrantes do conselho como membros efetivos serão os mais antigos em função, de quadros combatentes, sendo um QOPM e outro QOBM.

§ 2º Os membros civis efetivos serão indicados pelo Governador do Estado, sendo um do Ministério Público e outro de livre escolha dentre cidadãos de conduta ilibada e de notável saber jurídico, com mais de 35 anos de idade.

§ 3º Integrarão o conselho três membros suplentes, sendo dois destes Coronéis de qualquer quadro, de livre escolha do Comandante-Geral e um civil nomeado pelo Governador do Estado.

§ 4º O Conselho da PMPR só delibera com a presença do seu Presidente e de pelo menos três membros.

§ 5º Ao Presidente do Conselho da PMPR cabe o voto de desempate.

§ 6º As situações de substituições temporárias de membros efetivos pelos suplentes serão reguladas pelo regimento.

Art. 30. Compete privativamente ao Governador do Estado:

I - baixar o Regimento Interno do Conselho da PMPR, por decreto;

II - nomear os membros civis para o conselho;

III - estabelecer indenização de representação pelo efetivo exercício de função de Conselheiro.

Art. 31. O Conselho da PMPR disporá de uma secretaria para organização dos trabalhos e assessoria aos Conselheiros.

Art. 7º Ficam inalterados os demais artigos do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06/04/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 619/09

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 106/09, tem por objetivo regulamentar os processos disciplinares da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Chamada a opinar sobre a constitucionalidade da proposição, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao mesmo.

Entendendo que a matéria irá proporcionar uma modernização e o aperfeiçoamento da legislação estadual que trata dos processos disciplinares da Polícia Militar do Paraná, a Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 619/09, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07/04/10.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
PÉRICLES DE MELLO - Relator

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Presidência***

#### ***Protocolo nº 5298***

PROTOCOLO Nº 5298

I - Tendo em vista o contido no Ofício 664/2010 encaminhado pelo Ministério Público nesta data DETERMINO, em caráter de urgência:

a) o afastamento temporário do servidor Antonio Carlos Gulbino do cargo de Diretor de Pessoal desta Casa de Leis;

b) a instauração de sindicância administrativa, nos termos da Lei 6174/70, para a apuração dos fatos descritos da aludida recomendação;

c) a remessa de ofício ao Procurador Geral da Justiça, comunicando o cumprimento da recomendação supracitada, bem como cópia integral deste expediente à Procuradoria Geral desta Casa para as providências necessárias;

II - Determino, outrossim, a remessa deste feito à Diretoria Geral para que as respectivas providências

